



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS**

177ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Ata da ordem dos dias 07 e 08 de abril de 2010.

BRASÍLIA – DF

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

177ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CNAS

Local: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília - DF

Data: 07 e 08 de abril de 2010

Local: MDS, Anexo, 1º andar, Sala de Reuniões do CNAS, nº 108 – Brasília/DF

1 Aos sete dias do mês de março de dois mil e dez teve início a Centésima Septuagésima Sétima
2 Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, sob a Presidência da
3 Presidente do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS e Representante Titular do
4 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, Sra. Márcia Maria Biondi
5 Pinheiro. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros Titulares ou na Titularidade: Membros
6 Titulares e Suplentes do CNAS: Conselheira Márcia Maria Biondi Pinheiro, Ministério do
7 Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheiro Renato Francisco dos Santos
8 Paula, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira Simone
9 Aparecida Albuquerque, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS;
10 Conselheiro José Geraldo França Diniz, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP;
11 Conselheira Fátima Aparecida Rampin, Ministério da Previdência Social – MPS; Conselheiro José
12 Ferreira da Crus, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS; Conselheira
13 Edna Aparecida Alegro, Ministério da Fazenda - MF; Conselheiro Ir. Vicente Falqueto,
14 Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; Conselheiro José Ricardo Calza Caporal,
15 Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços; Conselheira Rosa Maria Ruthes, Instituto
16 Social, Educativo e Beneficente Novo Signo; Conselheiro Renato Saidel Coelho, Associação da
17 Igreja Metodista; Conselheiro Clodoaldo de Lima Leite, Federação Espírita Brasileira; Conselheiro
18 Carlos Eduardo Ferrari, Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais – AVAPE;
19 Conselheira Marisa Fúria Silva, Associação Brasileira de Autismo – ABRA; Conselheira Thays
20 Martinez, União Brasileira dos Cegos - UBC; Conselheiro João Carlos Carreira Alves, Federação
21 Nacional de Educação e Integração dos Surdos; Conselheira Maria Dolores da Cunha Pinto,
22 Federação Nacional das APAES – FENAPAE; Conselheira Margareth Alves Dallaruvera,
23 Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS; Conselheiro Frederico Jorge de Souza Leite,
24 Federação Nacional dos Psicólogos – FENAPSI; e, Conselheiro Josenir Teixeira, Ordem dos
25 Advogados do Brasil - OAB. **Convidados:** Márcia Lopes, Ministra do MDS; Rosilene Rocha,
26 Secretária Nacional de Assistência Social – MDS; Profª Eleonora Esquetini; Marcela Alcântara,
27 SEDES/DF do GDF; Evanildo Sales, SEDEST/DF; Maria Joaquina, Presidente do CEAS/GO;
28 Annemarie, CEAS/SP; e, Lilton, CEAS/PE. **ABERTURA.** Aos sete dias do mes de abril de dois
29 mil e dez, dando início à Centésima Septuagésima Sétima Reunião Ordinária do Conselho Nacional
30 de Assistência Social – CNAS, a senhora Presidente solicitou à Secretária-Executiva que
31 procedesse à leitura do quorum: Conselheiros Titulares ou na Titularidade: Conselheiro Carlos
32 Ferrari, Conselheira Margareth Alves, Conselheiro Frederico Leite, Conselheira Heloísa Maciel,
33 Conselheira Maria Dolores, Conselheiro José Caporal, Conselheiro Falqueto, Conselheiro José
34 Geraldo, Conselheira Simone, Conselheiro Renato Saidel. Conselheiros Suplentes presentes:
35 Conselheira Rosa, Conselheiro Antônio Celso Pasquini, Conselheiro Edivaldo, e, Conselheira Maria
36 do Socorro. A senhora Presidente informou a realização, no dia anterior, de reunião de Conselhos,
37 Comissão de Normas, Comissão de Política, Comissão de Financiamento e da Presidência

38 Ampliada. Prosseguindo, a Secretária-Executiva passou à conferência do quorum: Conselheiros na
39 Titularidade: Conselheiro Carlos Ferrari; Conselheiro Renato Saidel; Conselheira Simone;
40 Conselheiro Frederico; Conselheira Maria Dolores; Conselheiro José Ferreira; Conselheira Márcia;
41 Conselheiro Falqueto; Conselheiro José Geraldo; Conselheira Fátima, na titularidade; Conselheira
42 Irmã Rosa, na titularidade. Conselheiro na suplência: Conselheiro João Carlos. A senhora
43 Presidente passou para o item **Aprovação da Ata da 176ª Reunião Ordinária do CNAS**. Em não
44 havendo nenhum questionamento, a Ata da Centésima Septuagésima Sexta Reunião Ordinária foi
45 aprovada pelo Pleno. A senhora Presidente procedeu à leitura da Pauta: **Dia 07.04.2010 – Manhã:**
46 **9h às 9h15min:** Aprovação da Ata da 176ª Reunião Ordinária do CNAS e da Pauta; **9h15min às**
47 **9h45min:** Informe da Presidência/Secretaria-Executiva, MDS, CIT e de Conselheiros; **9h45min às**
48 **12h:** Apresentação da Política Nacional de População em Situação de Rua. **Tarde: 14h às 17h:**
49 Debate: Composição dos Conselhos de Assistência Social: Participação e Representatividade; e,
50 Processo de Eleição dos Representantes da Sociedade Civil; **17h às 18h:** Relato da Comissão
51 Eleitoral. **Dia 08.04.2010 – Manhã: 9h às 10h:** Relato do GT para acompanhar o processo de
52 regulamentação da certificação de entidades beneficentes de Assistência Social na área de
53 Assistência Social, junto ao MDS; **10h às 11h:** Relato da Comissão de Política; **11h às 12h:** Relato
54 da Comissão de Financiamento. **Tarde: 13h30min às 15h30min:** Relato da Reunião Conjunta das
55 Comissões de Conselhos e Normas: Inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social e no
56 CAS/DF; **15h30min às 16h30min:** Relato da Comissão de Conselhos; **16h30min às 17h30min:**
57 Relato da Comissão de Normas; **17h30min às 18h:** Relato da Presidência Ampliada. A senhora
58 Presidente informou que a Pauta sofreria algumas alterações: Indicou o item com a apresentação da
59 Política Nacional de População em Situação de Rua, de 9h45min às 12h, com a presença do
60 Conselheiro Samuel no dia seguinte, assim como a visita do Ministério Público que em junho viria
61 para fazer a apresentação do Decreto e da Política em termos gerais. Informou que à tarde estava
62 confirmado o debate com a Sra. Eleanora Esquetini, para a discussão sobre Composição dos
63 Conselhos de Assistência Social: Participação e Representatividade; e, Processo de Eleição dos
64 Representantes da Sociedade Civil; visita ao Conselho da Ministra, Sra. Márcia Lopes, das 14h às
65 14h30min, solicitando a presença dos Conselheiros às 13h30min; informou que de 17h às 18h
66 aconteceria o Relato da Comissão Eleitoral, que dependia da chegada da Conselheira Margareth,
67 Coordenadora dessa Comissão; proposta da Presidência Ampliada para que os relatos passassem da
68 tarde para a manhã do dia 08, para que o Pleno terminasse às 12 ou 13h, para que as Comissões
69 Conjuntas de Conselhos e de Normas, que estavam discutindo a certificação, continuassem seus
70 trabalhos no período da tarde. O Conselheiro Falqueto indicou a realização de uma agenda na Casa
71 Civil no dia seguinte, às 10h, com a presença de quatro Conselheiros, o que poderia afetar o
72 quorum, ponderando a importância do tema a ser tratado sobre a Lei 12.111. A Conselheira Maria
73 Dolores informou sua ausência no dia seguinte, ficando na suplência o Conselheiro Samuel. Após
74 essas colocações, a Pauta, com suas alterações foi aprovado pelo Pleno. Dando prosseguimento, a
75 Secretária-Executiva passou ao Item **Informes da Presidência e da Secretaria-Executiva:**
76 *“Informes da Presidência e da Secretaria Executiva. Ausências Justificadas: Conselheiro Samuel*
77 *Rodrigues, nos dias 23 e 24 de março, na reunião Conjunta das Comissões de Conselhos e Normas,*
78 *em virtude de compromissos institucionais; Conselheira Margareth Dallaruvera, no dia 24 de*
79 *março, no período da tarde, na reunião conjunta das Comissões Conselhos e Normas, em virtudes*
80 *de compromissos institucionais; Conselheira Rose de Oliveira, no dia 23 de março, na reunião*
81 *conjunta das Comissões Conselhos e Normas, em virtudes de compromissos institucionais;*
82 *Conselheiro Antônio Pasquini, nos dias 23 e 24 de março, na reunião conjunta das Comissões*
83 *Conselhos e Normas, em virtudes de problemas de saúde; Conselheira Heloísa Mesquita, nos dias*
84 *6, 7 e 8 de abril, nesta reunião ordinária, em virtude de agenda do estado. Conselheiro Antônio*
85 *Celso Pasquini, no dia 06 de abril, na Comissão de Normas, em virtude de compromissos*
86 *institucionais. Conselheiro José Caporal, nos dias 6, 7 e 8 de abril, nesta reunião ordinária, em*
87 *virtude de agenda fora do país; Conselheiro José Geraldo França Diniz, no dia 6 de abril, na*

88 *Comissão de Financiamento, em virtude de compromissos institucionais; Conselheira Júlia, nos*
89 *dias 6, 7 e 8 de abril, nesta reunião, em virtude de compromissos institucionais; Conselheiro Edval*
90 *Bernardino, nos dias 6, 7 e 8 de abril, nesta reunião, em virtude de compromissos institucionais,*
91 *Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos, nos dias 6, 7 e 8 de abril, nesta reunião, em virtude de estar*
92 *representando o CNAS no encontro do SINASE em Curitiba. Conselheira Rosa Ruthes, no dia 219*
93 *de março, na reunião extraordinária da Comissão Nacional Intersetorial do Plano Nacional de*
94 *Convivência Familiar e Comunitária, onde ela é representante deste Conselho Nacional, em*
95 *virtude de estar participando da Conferência Nacional de Educação. Conselheiro Geraldo*
96 *Gonçalves, nos dias 6, 7 e 8 de abril, nesta reunião, em virtude de compromissos institucionais.*
97 *Conselheiro Samuel Rodrigues, nos dias 6, e justificou hoje, nas Comissões de Conselho e Política,*
98 *e nesta reunião do dia de hoje, em virtude de participação em reunião do Comitê de*
99 *Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em situação de rua. E-mails*
100 *enviados aos Conselheiros: convocação para o Conselheiro Edivaldo da Silva Ramos representar o*
101 *CNAS no encontro Regional para Integração do SUAS/SINASE, que realizar-se-á nos dias 6,7 e 8*
102 *de abril em Curitiba. Convocação para o Conselheiro Frederico Jorge Souza Leite representar o*
103 *CNAS na segunda reunião da Comissão Organizadora da 4ª Conferência Nacional de Saúde*
104 *mental, que será realizada nos dias 12 e 13 de abril, das nove às 18 horas em Brasília. A ata e*
105 *degravação da reunião passada do CNAS, que aconteceu no período de 9 a 12 de março.*
106 *Convocação para os membros do GT para acompanhar o processo de regulamentação e*
107 *certificação para entidades beneficentes de Assistência Social, junto ao MDS, instituído pela*
108 *Resolução nº 9, para reunião no dia 22 de março. Convocação para os membros do GT, para*
109 *acompanhar o processo de regulamentação e certificação de entidades beneficentes de Assistência*
110 *Social, da área de Assistência Social junto ao MDS, para reunião dia 5 de abril. Convocação para*
111 *os Conselheiros Antônio Celso Pasquini, José Ricardo Caporal, Edivaldo da Silva Ramos, Irmã*
112 *Rosa, Conselheiro Frederico, para participar da Conferência Nacional de Educação, realizada no*
113 *período de vinte e oito de março a primeiro de abril em Brasília. Convocação para esta reunião*
114 *ordinária do CNAS no período de 6 a 8 de abril. Kit eleição organizado pela Comissão Eleitoral, o*
115 *qual norteará o processo de eleição dos representantes da sociedade civil para a gestão*
116 *2010/2012. Convocação para o Conselheiro Carlos Eduardo Ferrari participar da oficina de*
117 *alinhamentos de conteúdos, projetos de capacitação de agentes públicos municipais de controle*
118 *social da política de Assistência Social e do programa Bolsa Família, que realizar-se-á nos dias 13*
119 *e 14 de abril, em Brasília. Convocação para a Conselheira Margareth Alves para representar o*
120 *CNAS na capacitação de diligentes para intervenção nos espaços de controle social e políticas*
121 *públicas, e projeto e defesa da saúde, CUT, quer acontecerá nos dias 16 e 17 de março. Decreto*
122 *7.053, que instituiu a política nacional para a população em situação de rua, e seu comitê*
123 *intersetorial de acompanhamento e monitoramento. Cartilha de direitos dos moradores de rua,*
124 *confeccionada em parceria com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que o lançará no*
125 *estado. Boletim CONAD informativo, ano 04, número 1, nas versões Word, PDF e Texto. Portaria*
126 *de 11 de março de 2010, o qual designa Júlia Ristori para compor o Conselho Nacional de*
127 *Assistência Social, na qualidade de membro titular, representando o CONGEMAS, em substituição*
128 *a Charles Pranke. Convite para o prêmio Rosane Cunha, que aconteceu no dia vinte e cinco de*
129 *março. Convocação para os membros da Comissão de Conselhos e da Comissão de Normas para*
130 *participar da reunião conjunta a ser realizada no dia 23 de março, das 18 as 22, e 24 de março, de*
131 *9 às 18 horas. Convocação para os membros da Comissão de Conselhos para participar da*
132 *reunião ordinária da Comissão no dia 23 de março. Comunicado da transmissão do cargo de*
133 *Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patruz Ananias, para Márcia Lopes, e de*
134 *Secretária Executiva de Arlete Sampaio para Rômulo Paes, no dia trinta e um de março de 2010.*
135 *Convocação para os membros da Comissão de Política para reunião extraordinária com*
136 *participação do CONANDA no dia 16 de abril. Convocação para a Conselheira Rosa Maria*
137 *Ruthes representar o CNAS na reunião extraordinária da Comissão Nacional Intersetorial do*

138 *Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, no dia 29 de março. Convocação para o*
139 *Conselheiro Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho para representar o CNAS na próxima reunião da*
140 *CIT, que acontecerá no dia 14 de abril. Participação do CNAS. A Conselheira Edna representou o*
141 *CNAS primeiro encontro paranaense das entidades beneficentes, nos dias 15 e 16 de março de*
142 *2010, na cidade de Londrina. Os Conselheiros Antônio Celso Pasquini, José Ricardo Caporal,*
143 *Edivaldo da Silva Ramos, Irmã Rosa, e Frederico, participaram da Conferência Nacional da*
144 *Educação dos dias 28 de março a 1º de abril, em Brasília. Os Conselheiros Carlos Eduardo*
145 *Ferrari, Fátima Rampim, Tânia Mara Garib, e Edna Aparecida Alegro, participaram do prêmio*
146 *Rosane Cunha no dia 25 de março. A Conselheira Margareth Alves Dallaruvera representou o*
147 *CNAS na mesa de abertura do 12º Encontro Nacional do CONGEMAS, que ocorreu no dia 29 de*
148 *março, em Natal. Convites: O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais enviou convite para o*
149 *I Seminário de Estudos sobre o Método da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados,*
150 *comarca de Frutal, que aconteceria nos dias 26 e 27 de fevereiro. O convite foi recebido neste*
151 *CNAS em 19 de março. A Presidente do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência*
152 *Social, Sra. Lenil, encaminhou convite para a reunião ampliada do FONACEAS, em Florianópolis,*
153 *nos dias 15 e 16 de abril. A SAGI encaminhou convite para participação no prêmio Rosean Cunha,*
154 *que aconteceu no dia 25 de março. No site foram feitas as seguintes inclusões: atualização das*
155 *relações de Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social, a Resolução nº 10, de 10 de*
156 *março, a Resolução nº 11, de 11 de março, pauta desta reunião ordinária do CNAS, o kit eleição*
157 *2010/2012, edital nº 1, de 11/03, publicado no Diário Oficial no dia 16/03, atualização da pasta da*
158 *reunião ampliada de março, atualização dos relatórios de encaminhamentos de processos para os*
159 *Ministérios MDS, MEC, e Ministério da Saúde, criação da pasta sobre a 4ª Conferência de Saúde*
160 *Mental. Audiências realizadas no CNAS. Procedimentos adotados pelo CNAS em 16 de março:*
161 *solicitante, Sr. Wagner Canedo de Fontana, do Conselho Municipal de Carapicuíba, Sr. Roberto*
162 *Antônio Melo, do Conselho Municipal de São Paulo. Assunto: a lei 12.101, e a inscrições das*
163 *entidades nos Conselhos Municipais. Participaram o Sr. Wagner Canedo, do Conselho Municipal*
164 *de Carapicuíba, Sr. Roberto Melo, do Conselho de São Paulo, a Coordenadora de Normas,*
165 *Cristiane Camargo, a Ariane Almeida, chefe do serviço de normas, providências e informações*
166 *sobre o grupo de trabalho que iria discutir o assunto nos dias 23 e 24, e elaborará as orientações*
167 *dos Conselhos por meio de e-mail. Procedimentos adotados pelo CNAS, em 18/03, solicitante,*
168 *Marcelo Pires, Secretário Geral da Presidência da República, Secretaria Nacional de Articulação*
169 *Social. Assunto: questionário sobre as Conferências Nacionais de Assistência Social.*
170 *Participantes: eu, como Secretária Executiva do CNAS, Maria Auxiliadora, Coordenadora da*
171 *Comissão de Política, o Sr. Marcelo Pires, assessor da Secretaria Nacional de Articulação Social,*
172 *e Naile Ladanza, assessora da Secretaria de Articulação Social, Silvano, apoio do gabinete, Liliane*
173 *Neves, Coordenadora da Comissão de Conselhos. Providências. O CNAS informou que vai*
174 *responder aos questionamentos trazidos pela Secretaria Nacional de Articulação Social, e que o*
175 *assunto seria pautado na Presidência Ampliada. Comunicados. O Ministério do Desenvolvimento*
176 *Social e Combate à Fome, encaminhou a publicação do perfil das famílias beneficiadas pelo*
177 *Programa Bolsa Família 2009, o qual será encaminhado ao acervo do CNAS. A Secretaria de*
178 *Estado e Assistência Social do Governo do Mato Grosso do Sul, encaminhou ao CNAS ofício*
179 *gabinete nº 874, de 2010, comunicando o desligamento da Secretária Tânia Maria Garib daquela*
180 *Secretaria. A Conselheira Rosa Maria Ruthes encaminhou ao e-mail da Presidência do CNAS*
181 *relatório de participação na Conferência Nacional de Educação na condição de observadora. O*
182 *FONSEAS encaminhou por e-mail ofício Presidência FONSEAS, nº 22, de 31 de fevereiro, que diz*
183 *respeito à substituição, é de março, desculpem-me, que diz respeito à substituição da Conselheira*
184 *Titular, Heloísa Helena Mesquita, por Marta de Oliveira Sales, e da Conselheira Suplente, Tânia*
185 *Mara Garib, por Eutália Barbosa Rodrigues. O CONGEMAS encaminhou e-mail solicitando a*
186 *substituição da Conselheira Titular Júlia, por Sérgio Wanderly, e do Conselheiro Suplente Marcelo*
187 *Garcia, por Marisa Rodrigues. O e-mail chegou no dia de ontem aqui no Conselho Nacional.*

188 Aniversariante do mês de abril, Conselheiro Edval Bernardino Campos, no dia 08, Conselheiro
189 Renato Saidel no dia 12, Conselheiro Frederico Leite no dia 29.” A Secretária-Executiva
190 aproveitou para registrar a presença da Conselheira Edna, na titularidade, e da Conselheira Marisa,
191 na suplência. Na sequência, a Conselheira Simone passou ao **Informe do MDS**: “*Informes MDS.*
192 *Informar que o Ministério participou ativamente da reunião do Colegiado Nacional de Gestores*
193 *Municipais de Assistência Social, que contou com duas mil pessoas, com representação de*
194 *Secretários do Brasil Inteiro, no dia da abertura do Colegiado. O Colegiado Nacional fez uma*
195 *homenagem ao nosso Ministro Patruz, não é? Ele foi homenageado lá, e teve um vídeo muito*
196 *bonito, afetivo, que demonstra bem o sentimento que os Secretários Municipais têm com o trabalho*
197 *do nosso Ministro, e também como que os Secretários Municipais sentem a saída dele, mas,*
198 *também, teve também uma grande receptividade ao nome da nossa Ministra Márcia Lopes. Nós*
199 *tivemos uma primeira mesa, não é, no Colegiado Nacional, onde foram discutidas a agenda*
200 *nacional para os Secretários Municipais, uma agenda integrada, claro, com os Governos Estaduais*
201 *e o Governo Federal! Foram realizadas também treze oficinas, doze oficinas, não é? Oficinas que*
202 *são muito concorridas, e de muito boa avaliação pelos Secretários Municipais, um modelo que o*
203 *CONGEMAS vêm se espelhando, na Conferência Nacional, é um modelo que tem se repetido, e que*
204 *é muito importante, porque é uma oportunidade ímpar de municípios muito pequenos, mais de 60%*
205 *dos municípios que estavam lá eram de pequeno porte, e era uma oportunidade deles também*
206 *dialogarem com as grandes Agendas da política nacional de Assistência Social. Foi eleita uma*
207 *nova chapa no Colegiado Nacional, a Presidente Agora é a Secretária de Maracanaú, no Ceará. A*
208 *Secretária é a Iêda. Ela é a nova Presidente, que substituiu o Secretário Marcelo Garcia. Teve uma*
209 *última mesa também neste evento, que foi uma mesa de discussão das dúvidas, não é, que os*
210 *Secretários Municipais e suas equipes têm, o que também é uma tradição no CONGEMAS, que se*
211 *chama “pergunta que não quer calar”. Hoje também, acho que foi bastante produtiva e proveitosa*
212 *esta mesa. Outra coisa que eu quero informar é que dia nove de abril, sexta-feira agora, nós vamos*
213 *realizar um evento com, não é um evento, é uma oficina de trabalho, mas não pode chamar de*
214 *reunião, porque em um país deste tamanho, você nunca consegue fazer um encontro com os*
215 *Secretários Nacionais com menos de cem pessoas! Mas, a gente vai fazer, dia 09, é uma oficina*
216 *para a discussão do acompanhamento familiar no SUAS, a implantação do protocolo de gestão*
217 *integrada entre serviços e benefícios, onde estarão aqui todos os CONGEMAS, as equipes*
218 *estaduais da proteção básica e da proteção especial, e as equipes das capitais também, destas duas*
219 *áreas. Estarão presentes também três Conselheiros do Conselho Nacional de Assistência Social.*
220 *Uma outra coisa que eu quero informar, e também já foi dita aí no relato da Presidência, é que*
221 *vamos realizar, semana que vem, a oficina de, que a gente chama de alinhamentos de conteúdos, do*
222 *projeto de capacitação de agentes públicos municipais de Controle Social da Política de*
223 *Assistência Social do Programa Bolsa Família. Isto também faz parte de uma metodologia do*
224 *nosso programa de capacitação, porque os conteúdos produzidos nos nossos cursos, a grande*
225 *maioria destes conteúdos são produzidos dentro do próprio Ministério, junto com estados e*
226 *Municípios e Conselhos, e então é uma oficina importante, onde apresentamos o conteúdo e*
227 *discutimos o conteúdo, e ela tem o objetivo de tecer um alinhamento mesmo, entre os profissionais*
228 *e as instituições e universidades que ganharam e que vão dar o curso. O Ministério teve uma*
229 *grande preocupação de que o curso tenha e seja dado, pelo menos, com o mesmo conteúdo no*
230 *Brasil inteiro. O Conselho Nacional também, não só participará, mas também discutirá o conteúdo,*
231 *tendo em vista que o Conselho Nacional também se inscreveu, e está se inscrevendo com a gente*
232 *neste conteúdo, que vem desde as cartilhas produzidas por este Conselho, até ao material que a*
233 *gente está preparando, um material específico para este curso. Um outro informe que eu quero dar*
234 *é os encontros regionais para integração do SUAS e do SINASI, que estão acontecendo no Brasil*
235 *inteiro, e que vai acontecer em Curitiba, agora, no dia 6, está acontecendo, de 6 a 8 de abril.*
236 *Presença do Conselheiro Edivaldo representando o Conselho Nacional. Já teve deste encontro em*
237 *Goiânia, que foi da região do centro-oeste, que foi realizado nos dias 16, 17 e 18 de março, e*

238 agora está acontecendo o da região sul, em Curitiba. No dia 27 de abril tem da região norte, que
239 vai ser em Belém do Pará. No dia 25, 26 e 27 de maio, será realizado, o da região nordeste, em Soa
240 Luiz do Maranhão, e no dia 15, 16 e 17 de junho, será realizado o da região sudeste, que será
241 realizado em São Paulo. Então, este também é um evento importante, não é, tendo em vista que é
242 preciso construir regras, procedimentos, que, de fato, integrem os dois sistemas, o SUAS e o
243 SINASI. Outro informe também que já foi dado aqui pela Secretaria Executiva, é a realização do
244 prêmio Rosane Cunha. Foi um evento também muito bonito, muito à altura das prefeituras, das
245 entidades, dos profissionais, dos técnicos, dos governos municipais e estaduais que participaram
246 deste prêmio. Acho que foi um evento à altura dos trabalhos que foram apresentados lá, e do
247 envolvimento e da sociedade com as pessoas que participaram deste evento. Quem estava lá teve o
248 prazer de participar. Bem, a prefeitura de Pão de Açúcar, do Alagoas, conquistou o primeiro lugar
249 entre as práticas municipais do Prêmio Rosane Cunha. A cidade apresentou projeto que garante
250 acesso à água em comunidades rurais do sertão alagoano. Em segundo lugar ficou o município de
251 Santo Anjo, lá no Rio Grande do Sul, e Osasco, em São Paulo, que obteve a terceira colocação.
252 Entre as práticas estaduais o primeiro lugar ficou com o estado da Bahia, com o projeto que
253 assegura o armazenamento de água da chuva para a utilização na agricultura, e a integração com
254 o programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar. Em segundo lugar ficou o estado do
255 Amazonas, e em terceiro lugar o estado de Minas Gerais. Foi premiado também o projeto do centro
256 de educação popular e de formação social de Teixeira, na Paraíba, sobre o trabalho “convivência
257 com a realidade do semi-árido, promovendo o acesso à água. Vocês estão vendo que a segurança
258 alimentar bombou nos primeiros lugares. Em segundo lugar ficou a Agência de Desenvolvimento
259 Econômico local de Pentecostes, Ceará, e o terceiro com a Associação para Valorização da Pessoa
260 com Deficiência, de São Paulo, entidade do Conselheiro Carlos Ferrari. Não, por favor! A
261 estudante Luciana Catarina Santos de Melo, da USP, ficou com o primeiro lugar com o trabalho
262 sobre a avaliação nutricional de crianças e adolescentes, e o professor Fabrício Fontes de
263 Andrade, da universidade de Montes Claros, obteve a primeira colocação com o estudo: Mudanças
264 Institucionais na Política de Assistência Social. A implantação do SUAS no norte de Minas Gerais.
265 Então, estes foram os trabalhos premiados. Eu quero informar também aos Conselheiros, que nós
266 estamos fazendo a expansão do PROJOVEM Adolescente. Nós, este ano, a meta é a gente atingir
267 oitocentos e cinquenta mil jovens, em dezenove mil quinhentos e setenta e dois coletivos. Nós, este
268 ano, nós vamos passar de dois mil novecentos e noventa e três municípios que ofertam o serviço,
269 pra quatro mil e sessenta e sete municípios. Esta é uma meta importante, colocada no Plano
270 Decenal, não é? E que agente atinge então esta meta colocada aí no Plano Decenal. Bem, também
271 já foi falado aqui, mas eu vou reiterar, e eu trouxe aqui, e a gente está trazendo para distribuir
272 para todos os Conselheiros o catálogo de práticas e estudos vencedores do Prêmio Rosane Cunha,
273 que é um catálogo que traz os trabalhos, os vinte melhores trabalhos classificados no Prêmio.
274 Também a gente distribuir para todos os Conselheiros a revista Cidadania e Dignidade para
275 Milhões de Brasileiros, do Programa Bolsa Família, do MDS e a Revista de Desenvolvimento
276 Social”. A senhora Presidente registrou a seriedade, a competência, do MDS, assim com a presença
277 da nova Conselheira Marta, representando os estados. **Informes dos Conselheiros.** O Conselheiro
278 Ferrari referiu-se aos problemas enfrentados pela Associação Brasileira de Assistência ao
279 Deficiente Visual, Associação ANAMARA, de São Paulo, com uma ação na justiça por uma
280 empresa americana tentando impedir a produção de máquinas braile, informando que o Brasil
281 voltava a produzir esses equipamentos. Informou a participação no Prêmio Rosane Cunha, onde
282 haviam sido agraciados, discorrendo sobre o que essa homenagem representava para o setor.
283 Relatou a realização do prêmio Sentidos em São Paulo, no dia 30 de março, com mais de trezentos
284 participantes presentes, e os premiados disponibilizados no site da AVAPE, www.avape.org.br.
285 Concluindo, o Conselheiro Ferrari destacou a importância de se manifestarem quanto à importância
286 histórica do papel do Ministro Patruz, com o Conselho precisando se manifestar e deixar registrado
287 na história do país o seu olhar a respeito da participação do Ministro. O Conselheiro José Geraldo,

288 por intermédio da Conselheira Simone, parabenizou o MDS pelo Prêmio Rosane Cunha. Informou à
289 Presidência do Plano, que na reunião passada não foi feito o relato da Comissão de Financiamento,
290 podendo fazê-lo nessa oportunidade, se houvesse espaço. A senhora Presidente sugeriu que
291 manifestações do Conselho fossem colocadas em documentos públicos, colocar no site e mandar
292 para o Ministro Patruz Ananias o reconhecimento do CNAS ao MDS, assim como o
293 reconhecimento pelo prêmio Rosane Cunha, encaminhando essa manifestação também para a Dra.
294 Arlete Sampaio. A Conselheira Maria Dolores convidou os presentes para visitarem o blog do
295 Conselheiro Ferrari e ver a homenagem feita ao Ministro Patruz. Solicitou ao Conselho que fizesse
296 uma moção de cumprimento pela atuação do Ministro Patruz Ananias, e que todos acessassem esse
297 blog e confirmassem essa questão. A Conselheira Rosa Maria uniu-se às homenagens feitas ao
298 Ministro, com a jornalista do CNAS fazendo mais comunicados no site, agradecendo suas ações,
299 assim como ao Conselheiro Samuel. Agradeceu a oportunidade de participar no CONAE, com a
300 presença de outros Conselheiros e da Presidência da República, tendo feito um relatório que poderia
301 socializar para todos os Membros do CNAS. A senhora Presidente cumprimentou a Conselheira
302 Maria Rosa, informando que a mesma encaminhava relatórios ao Conselho Nacional de todos os
303 eventos que participava. O Conselheiro Falqueto discorreu sobre a visita do Ministro ao norte de
304 Minas, participando em uma Conferência que havia sido disponibilizada via internet para
305 conhecimento de todos. A Conselheira Simone destacou o respeito do Ministro pelo Controle
306 Social, reforçando e institucionalizando o Conselho Nacional, concordando com uma manifestação
307 pelo CNAS, escrevendo um texto sobre o Ministro, promovendo sua divulgação por internet ou
308 publicação em algum jornal. Complementando, manifestou sua concordância com a senhora
309 Presidente sobre a pessoa maravilhosa que era a Conselheira Rosa Maria, que sugeriu que fosse
310 realizada uma entrevista à CNBB e outros órgãos importantes, indagando sobre o papel do Ministro.
311 A senhora Presidente destacou o que havia colocado no discurso de abertura da Conferência
312 Nacional sobre a importância que o Ministro havia dado ao Controle Social, possibilitando ao
313 Conselho a amplitude de suas ações, além de todo o respeito e dignidade que havia trazido para a
314 Política de Assistência Social. A Conselheira Marisa, ponderando não saber se seria possível,
315 sugeriu que nas próximas Conferências fossem convidados outros Conselhos para participarem
316 como delegados na Conferência, seguindo a paridade necessária. Continuando justificou sua
317 ausência no dia anterior na Comissão de Financiamento, por problemas de saúde, tendo perdido o
318 voo. A Secretária-Executiva registrou a presença da Conselheira Thays, na titularidade. **Relato do**
319 **GT Regulamentação.** O Conselheiro Renato Saidel passou à leitura do “*Relato da reunião do GT*
320 *Regulamentação, a data realizada foi dia 22 de março, da primeira reunião de 2010, horário, das*
321 *14:45 às 18 horas, na sala 108 do CNAS. Estiveram presentes Antônio Celso Pasquini, Renato*
322 *Francisco dos Santos de Paula, Maria Dolores da Cunha Pinto, Renato Saidel Coelho. Ausência*
323 *justificada da Conselheira Márcia Maria Biondi Pinheiro, ausência da Conselheira Simone*
324 *Aparecida Albuquerque, presença dos Conselheiros Edna Aparecida Alegro, Clodoaldo de Lima*
325 *Leite, e apoio com a Cristina Camargo Menezes, e Ariane de Almeida. Realizada a conferência do*
326 *quorum, e constatado haver número suficiente de Conselheiros, deu-se início à reunião às 14:45.*
327 *Foi escolhido o Conselheiro Renato Saidel Coelho como o Coordenador do Grupo, e o Conselheiro*
328 *Renato dos Santos Paula como Coordenador Adjunto. Estratégias de atuação: enviar convite aos*
329 *Ministérios da Saúde, e da Educação, e do Desenvolvimento Social, para reunião com o GT*
330 *regulamentação, no dia 05/04/2010, das nove às 13 horas. Pauta: informe acerca dos*
331 *encaminhamentos dados pelos Ministérios no tocante à regulamentação da certificação, quanto às*
332 *entidades, com atuação em mais de uma área! Item três. O GT recomenda ao MDS que considere*
333 *os seguintes pontos na regulamentação da certificação, de maneira geral. 3.1. Valorização da*
334 *intersectorialidade das ações, de modo que a definição da área de atuação preponderante no CNPJ*
335 *não provoque a fragmentação no atendimento em prejuízo do usuário. 3.2. Regulamentação quanto*
336 *às entidades que atuam em mais de uma área, destacando a possibilidade de atuação e de*
337 *celebração de contratos em convênios em áreas diversas daquelas definidas como área de atuação*

338 preponderante no CNPJ. 3.3. Estabelecimento de período de transição que contemple a realidade
339 das instituições, adequações estatutárias, e adequação do Código Nacional de Atividades
340 Econômicas. O GT recomenda ao MDS que observe as seguintes sugestões na regulamentação, na
341 certificação na área da Assistência Social, referente aos seguintes artigos na lei 12.101/2009. Art. 18.
342 A Certificação ou sua renovação será concedida à entidade de Assistência Social que presta
343 serviços, ou realiza ações assistenciais de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários
344 e para quem dele necessitar. Sim, qualquer discriminação, observada a lei nº 8.742 de 7 de
345 dezembro de 1993. 4.1. Recomendação: a prestação de serviços ou ações assistenciais de forma
346 planejada exige a publicização destas ações no plano municipal de Assistência Social, previsto no
347 artigo 30 da LOAS. §2º. As Entidades que prestam serviços com objetivo de habilitação ou
348 reabilitação da pessoa com deficiência, e de promoção à sua reintegração à vida comunitária, e
349 aquelas regidas pelo disposto no art. 35 da Lei 10.741, de primeiro de outubro de 2003, poderão
350 ser certificadas desde que comprovem a oferta de, no mínimo, 60% de capacidade de atendimento
351 ao Sistema de Assistência Social. Recomendação: aprofundar o debate e a conceituação sobre
352 habilitação reabilitação da pessoa com deficiência no campo da Assistência Social, com as
353 respectivas interfaces nas instituições de educação e saúde. 4.2. Recomendação: aprofundar o
354 debate e a conceituação sobre a habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência no campo da
355 assistência social, com as respectivas interfaces nas áreas de educação e saúde. Após essa
356 construção, recomenda-se que o MDS a compartilhe com as demais áreas visando consolidar
357 entendimento comum. 4.3. Recomendação. Deixar claro na regulamentação que a entidade poderá
358 oferecer de 60 a 100% de sua capacidade de atendimento ao SUAS. 5. O GT recomenda ao CNAS
359 que aprofunde a discussão sobre: 5.1. Habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência. 5.2.
360 Promoção da integração ao mercado de trabalho. 6. O GT indica ao MDS e ao CNAS a
361 necessidade de orientação quando da elaboração dos planos de assistência social, que evidenciem
362 os serviços prestados pelas entidades, com vistas a garantir a qualidade dos serviços e na
363 perspectiva da intersetorialidade. 7. Os representantes da Consultoria Jurídica do MDS que estão
364 tratando da regulamentação junto à Casa Civil serão convidados para as próximas reuniões do
365 GT. 8. Deverá ser encaminhado ofício à Casa Civil solicitando que, antes de publicar a
366 regulamentação, seja apresentada a minuta ao CNAS para que haja a possibilidade de diálogo”.
367 Na sequência, procedeu à leitura do Relatório “Reunião do GT Regulamentação, dia 5 de abril de
368 2010, das 10h30 às 13h, sala 108 do CNAS. Integrantes do GT presentes: Renato Francisco dos
369 Santos Paula e Renato Saidel Coelho. Ausência justificada dos Conselheiros: Antônio Celso
370 Pasquini, Márcia Maria Biondi Pinheiro e Maria Dolores da Cunha Pinto. Ausência da
371 Conselheira: Simone Aparecida Albuquerque. Presença do Conselheiro: Clodoaldo de Lima Leite.
372 Convidado da CONJUR/MDS: Daniel Delmonte. Apoio: Christianne Camargo Menezes e Ariane
373 de Almeida Rodrigues. Pauta: Informe acerca dos encaminhamentos dados pelos Ministérios no
374 tocante à regulamentação da certificação quanto às entidades com atuação em mais de uma área.
375 Realizada a conferência do quorum, foi constatado não haver número suficiente de Conselheiros e
376 a reunião foi cancelada. Não houve a presença dos representantes dos Ministérios da Educação e
377 da Saúde. O representante da CONJUR/MDS prestou algumas informações aos Conselheiros
378 presentes. Próxima reunião: data sugerida – 16/04/2010, das 10h às 17h, com convidados dos
379 Ministérios da Saúde e da Educação, da SNAS e da CONJUR/MDS. Só que no dia 16 essa reunião
380 não vai poder acontecer, só que isso aqui é o relato e vamos ter que ler o relato de acordo com o
381 que aconteceu. A nossa sugestão é que esta reunião aconteça no dia 14 de abril. OK? Das 10h às
382 17h. Eu já falei com a Márcia, já falei com a Dolores, com a Simone, que são os Conselheiros do
383 GT que estão presentes e houve concordância. A gente só não alterou a memória por uma questão
384 que tem sido praxe neste Conselho de manter a fidelidade ao que aconteceu na reunião na
385 Memória e depois se for o caso a gente faz as alterações aqui. Este é o relato do GT. Das 10h às
386 17h.” A senhora Presidente colocou em discussão os dois relatórios do GT, com a Conselheira
387 Simone parabenizando o trabalho do Grupo, tendo solicitado sua substituição por não conseguir

388 participar dessas atividades. Que concordava com todas as questões colocadas pelo Grupo,
389 encontrando muito interessantes as propostas sugeridas e o aprofundamento da discussão da
390 intersetorialidade, explanando sobre esse entendimento. Entendia que as questões discutidas
391 deveriam ser levadas à Casa Civil pelo Conselheiro Falqueto, que informou que o assunto a ser
392 discutido nessa oportunidade era sobre a Lei 12.101. A senhora Presidente, em não havendo mais
393 nenhuma observação, considerou aprovado os dois Relatórios apresentados pelo GT
394 Regulamentação. O Conselheiro Renato Saidel registrou a realização de uma reunião no dia 14,
395 para tratar da questão de saúde e educação das entidades que atuavam em mais de uma área,
396 necessária para se poder exercer o Controle Social na área da Assistência Social. **Relato da**
397 **Comissão de Financiamento.** O Conselheiro José Geraldo procedeu à leitura da “*Memória da*
398 *Reunião da Comissão de Financiamento - Local: CNAS - Data: 9 de março de 2010. Conselheiros*
399 *presentes: José Geraldo França Diniz – Coordenador; Márcia Maria Biondi Pinheiro; Marisa*
400 *Fúria Silva; Renato Saidel Coelho; Rosa Maria Ruthes; Simone Aparecida Albuquerque; Vicente*
401 *Falqueto. Ausências justificadas: Edval Bernardino Campos; Tânia Mara Garib. Convidados:*
402 *Antônio Carlos Rosa de Oliveira Júnior – Diretor do Departamento de Operações da*
403 *SENARC/MDS. Clara Carolina de Sá – Coordenadora Geral de Regulação de Gestão do SUAS –*
404 *DGSUAS/SNAS. Jaime Rebelo Adriano – Coordenador Geral de Apoio ao Controle Social e a*
405 *Gestão Descentralizada – DGSUAS. Apoio: Maria das Mercês Carvalho; Ana Júlia Siqueira;*
406 *Jamile Calado; Thalita Elete. 1. IGD do Programa Bolsa Família e do Sistema único de*
407 *Assistência Social (SUAS). Estiveram presentes os convidados Antônio Carlos de Oliveira Júnior,*
408 *Diretor do Departamento de Operações da SENARC, Simone Albuquerque, Diretora do*
409 *Departamento de Gestão do SUAS da SNAS, Clara Carolina Sá e Jaime Rebelo do DGSUAS. Os*
410 *convidados apresentaram informações sobre o Índice de Gestão Descentralizada (IGD) do*
411 *Programa bolsa Família e do SUAS, destacando os seguintes pontos: - Em 2006, o Ministério do*
412 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) criou o Índice de Gestão Descentralizada (IGD)*
413 *para incentivar os municípios que estão comprometidos a fazer uma boa gestão. O repasse dava-se*
414 *por cadastramento válido, sendo a responsabilidade de atualização dos dados do cadastro único*
415 *dos municípios. - o IGD Bolsa Família foi regulamentado: Portaria nº 148, de 27 de abril de 2006*
416 *– Estabelece normas, critérios e procedimentos para o apoio à gestão do Programa Bolsa Família*
417 *e do Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal no âmbito dos municípios, e cria o*
418 *Índice de Gestão Descentralizada do Programa. Portaria nº 76, de 6 de março de 2008 –*
419 *Estabelece normas, critérios e procedimentos para a adesão dos Estados ao Programa Bolsa*
420 *Família e ao Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, e para o apoio à gestão*
421 *estadual desses programas. Portaria nº 350, de 3 de outubro de 2007 – Dispõe sobre a celebração*
422 *do Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no contexto do Sistema*
423 *único de Assistência Social – SUAS, do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. Portaria nº*
424 *432, de 03 de dezembro de 2008 – Dispõe sobre o repasse da parcela referente ao Incentivo*
425 *Financeiro ao Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal – IGE. Lei nº 12058, de*
426 *13 de outubro de 2009 – Dispõe sobre a regulamentação do IGD Bolsa Família. - O IGD Bolsa*
427 *Família foi criado com o intuito de aprimorar a qualidade da gestão do Programa Bolsa Família*
428 *em âmbito local, e contribuir para que os municípios executem as ações que estão sob sua*
429 *responsabilidade. Ele vai de 0 a 1. Em 2006, 2007 e 2008 o IGD foi de 0,71. Em 2009, ele foi para*
430 *0,77. A média geral foi de 0,74 e um repasse de 65,82%, isso significa R\$ 901.000.000,00*
431 *(novecentos e um milhões de reais) repassados ao longo desses anos, significa também R\$*
432 *468.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito milhões de reais) que não puderam ser repassados.*
433 *- Foram firmados quatro indicadores: dois do Cadastro Único, atualização e validação; e dois*
434 *indicadores das condicionalidades, frequência escolar e saúde de crianças até 7 anos. - Os*
435 *recursos são repassados mensalmente do Fundo Nacional de Assistência Social ao Fundo*
436 *Municipal de Assistência Social, de forma regular e automática, na modalidade “fundo a fundo”, e*
437 *depositados em conta (aberta especialmente para fins de execução das atividades vinculadas à*

438 *gestão do PBF). Abro um parênteses para dizer que a Lei 12.058, ao instituir informalmente o IGD*
439 *do Programa Bolsa Família também o transformou em uma despesa obrigatória para a União. - A*
440 *prestação de contas da transferência de recursos do IGD deve compor a prestação de contas anual*
441 *do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS), e estar disponível e acessível no município para*
442 *averiguações pelo MDS e pelos órgãos de controle interno e externo. - O protocolo de gestão*
443 *integrada de serviços e benefícios pactuado no ano passado estabelece procedimentos técnicos e de*
444 *gestão do SUAS. O Decreto de regulamentação que visa instituir o IGD SUAS tem como objetivos:*
445 *regulamentar o apoio técnico e financeiro dos serviços, programas, projetos e benefícios de que*
446 *trata o art. 12, II, da LOAS; regulamentar o apoio à gestão do Programa Bolsa Família; e*
447 *estabelecer normas para a articulação e a integração entre as ações de apoio à gestão do*
448 *Programa Bolsa Família e do sistema descentralizado e participativo de assistência social.*
449 *Simboliza um processo de amadurecimento e um trabalho integrado que permite superar disputas*
450 *conceituais entre Bolsa Família e Assistência Social. - A proposta do decreto esclarece que tipo de*
451 *fiscalização os Conselhos irão desempenhar e estabelece o valor de até 3% a ser repassado como*
452 *incentivo. Para o IGD do SUAS, haverá uma parte fixa para todos os estados, 30%, e uma parte*
453 *variável, 50%, sendo 25% equivalente a quantidade de famílias pobres e extensão territorial, e*
454 *25% por número de municípios. Após ampla discussão a Comissão de Financiamento aponta para*
455 *algumas questões. - Necessidade de investir em variáveis do controle social para o IGD; - Garantir*
456 *no processo de habilitação forma de assegurar o “CPF” (Conselho, Plano e Fundo); -*
457 *Acompanhamento das discussões que norteiam a construção do IGD SUAS e do Decreto de*
458 *regulamentação que visa instituí-lo de forma regular e automática. 2. Lei de Diretrizes*
459 *Orçamentárias (LDO) 2011 – Memo. Circular/GAB/SNAS/MDS nº 04/2010; Foram apresentadas*
460 *duas proposta de alterações para o PLDO/2011. Aqui cabe um esclarecimento que não consta da*
461 *Memória, que o Ministério do Planejamento, sistematicamente, à época de elaboração do Projeto*
462 *de Lei de Diretrizes Orçamentárias abre a participação dos órgãos para que façam sugestões na*
463 *construção deste Projeto de Lei. A primeira proposta de alteração, apresentada pela*
464 *Coordenadora Geral de Regulação de Festão do SUAS, Clara Carolina Sá, propõe que as ações e*
465 *serviços sócio-assistenciais co-financiados pelo Fundo Nacional de Assistência Social sejam*
466 *inseridas no anexo V do LDO, dessa forma passando a constituírem despesas obrigatórias da*
467 *União. Fundamentação em anexo. A segunda alteração, apresentada pelo Departamento da Rede*
468 *Sócio-assistencial Privada do SUAS, refere-se à adequação a nova legislação de certificação, Lei*
469 *nº 12.101/2009, em Transferências Voluntárias e Transferências ao Setor Privado.*
470 *Encaminhamentos: A Comissão de Financiamento sugere: A. Apoiar o encaminhamento do MDS*
471 *quanto à inclusão dos serviços sócio-assistenciais co-financiados como despesas obrigatórias; B.*
472 *Apoiar a adequação da PLDO 2011 à nova Lei de Certificação 12.101/09 3. Encaminhamento do*
473 *Fórum Social Mundial: Lei da Solidariedade do Estado do Rio Grande do Sul – RS. O Conselho*
474 *Municipal de Assistência Social de Porto Alegre levantou questão ao CNAS no Fórum Social*
475 *Mundial com relação a uma solicitação do referido CMAS realizada em 2007, sobre a Lei de*
476 *Solidariedade do Estado do Rio Grande do Sul. O assunto foi deliberado em Plenária, Memória da*
477 *Comissão de Financiamento de 19/02/2008, com os seguintes encaminhamentos: “Memória da*
478 *Comissão de Financiamento de 19/02/2008: Lei da Solidariedade do Estado do Rio Grande do Sul.*
479 *Encaminhamento: - A Comissão de Financiamento sugere oficial ao Conselho Estadual do Rio*
480 *Grande do Sul considerando relevante à iniciativa da Lei da Solidariedade, tendo em vista a*
481 *participação das entidades e organizações de Assistência Social e empresas em favor de projetos*
482 *sociais, porém esta Lei não integra a instância de financiamento da Política de Assistência Social,*
483 *que implica na articulação das três esferas de governo e no repasse fundo-a-fundo. - A discussão,*
484 *no âmbito do CNAS, deve pautar-se nas estratégias de implementação e efetiva consolidação do*
485 *SUAS, que se caracteriza como sistema único, descentralizado e participativo, que tem como*
486 *finalidade a gestão da Assistência Social no campo da Proteção Social (NOB/SUAS). O ofício,*
487 *datado de 26/02/2008, foi entregue ao então Presidente deste CNAS para ser encaminhado ao*

488 CEAS/RS, por ocasião da Reunião Ampliada a ser realizada no mês de março de 2008 em Porto
489 Alegre. A referida reunião não ocorreu face à operação desencadeada pela Polícia Federal.
490 Encaminhamento: A Comissão de Financiamento sugere: A. Resgatar a decisão Plenária e
491 encaminhar o Ofício com cópia ao CMAS. 4. Encaminhamento da agenda 2010 da Comissão de
492 Financiamento: Foi deliberada, na última reunião ordinária deste Conselho, agenda para a
493 Comissão de Financiamento. A fim de operacionalizar melhor a discussão dos assuntos foram
494 propostas adequações de datas. Encaminhamentos: A Comissão de Financiamento sugere: A.
495 Solicitar ao FNAS que encaminhe Nota Explicativa sobre os saldos remanescentes nos Fundos,
496 valores de cada Fundo e as justificativas por não utilização dos recursos pelos municípios, para
497 envio aos Conselheiros da Comissão com antecedência a próxima reunião. B. Convidar o DEFNAS
498 para participar da reunião da Comissão de Financiamento, no mês de abril, para tratar do assunto
499 acima; C. Pautar no 2º semestre um encontro do CNAS com o Conselho Federal de Contabilidade;
500 D. Pautar no 2º semestre a discussão sobre a Reforma Tributária. 5. Contratação de consultoria
501 para subsidiar as discussões do financiamento da assistência social junto à Plenária. A Presidente
502 do CNAS informou que solicitou ao MDS, via UNESCO, a contratação de consultoria para as
503 Comissões Temáticas deste Conselho, visando apoiar e subsidiar as mesmas. A Comissão de
504 Financiamento solicitou ao Conselheiro José Geraldo que ministrasse curso sobre elaboração e
505 acompanhamento orçamentário. Encaminhamento: Pautar no 2º semestre curso a ser ministrado
506 para a Comissão de Financiamento pelo Conselheiro José Geraldo sobre elaboração e
507 acompanhamento orçamentário. Conselheiro José Geraldo França Diniz – Coordenador da
508 Comissão de Financiamento do CNAS”. Colocado em discussão, a Conselheira Simone saudou a
509 presença do Sr. Lilton e parabenizou a Comissão de Financiamento por tratar de assuntos
510 fundamentais para consolidar o SUAS, e para discutir com a Ministra, a quem se deveria entregar
511 esse material. O Conselheiro José Geraldo relatou que era um compromisso da Secretária Arlete de
512 pautar na área econômica a discussão da inclusão no anexo cinco, pelo menos, da LDO, não
513 sabendo se o havia feito, mas que se deveria conversar com a Ministra para essa pauta,
514 considerando que o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias ainda não havia sido encaminhado.
515 A Conselheira Simone, concordando com o Conselheiro José Geraldo, encontrava extremamente
516 importante essa questão, não fazendo sentido se continuar, após o avanço que havia ocorrido, dos
517 serviços serem continuados como serviços voluntários e não obrigatórios. A senhora Presidente
518 solicitou esclarecimentos sobre esses serviços voluntário e continuado, com o Conselheiro José
519 Geraldo discorrendo sobre a questão, complementada pela Conselheira Simone. O Conselheiro José
520 Geraldo informou que o Projeto de Lei teria que estar no Congresso no dia 15 de abril, com a
521 senhora Presidente sugerindo que o Coordenador da Comissão de Financiamento explicasse para a
522 Ministra esse assunto. A Conselheira Simone indagou ao Conselheiro José Geraldo se o encontro
523 com o Conselho Federal de Contabilidade seria para discutir como estavam tratando a contabilidade
524 dos Fundos, que solicitou à senhora Presidente que respondesse. A senhora Presidente colocou as
525 dificuldades encontradas pelos municípios para seguir o estabelecidos pelos contadores, impedindo
526 a aplicação dos recursos que eram da população, o que inclusive era discutido na Comissão de
527 Financiamento. Relatou que uma das formas de se avançar nesse assunto era fazer esse diálogo com
528 o Conselho de Contabilidade Federal e que se propôs a fazer esse trabalho. A Conselheira Simone,
529 ponderando ser importante avançar ainda nesse ano no repasse Fundo a Fundo dos Governos
530 Estaduais para os Municipais, sugeriu que o CNAS pautasse essa discussão com o FONSEAS. A
531 Conselheira Dolores observou que a não execução do Índice de Gestão Descentralizado havia
532 levado a R\$ 468 milhões em três anos em Fundo, indagando se esse recurso permanecia nos
533 mesmos, seguiam a lei de aplicação do dinheiro ou eram devolvidos para o orçamento no ano
534 seguinte. O Conselheiro José Geraldo informou que o dinheiro estava no Fundo, e como não havia
535 uma lei que formalizasse esse índice, a maioria dos municípios tinha medo de gastar esse recurso,
536 que ficavam no Fundo Municipal de Assistência Social, com a Conselheira Maria Dolores
537 discorrendo sobre essa questão e destacando a urgência de aplicação desses recursos nos Programas

538 de Assistência Social. Concluindo, ressaltou que o IGD tinha que ter uma postura para que não se
539 admitisse que saldo bancário previsto no orçamento para ser utilizado no ano, permanecesse sem
540 uso. A senhora Presidente registrou que a Comissão de Financiamento acolhia a indicação da
541 Conselheira Maria Dolores. O Conselheiro José Crus informou ter sugerido ao Conselheiro José
542 Geraldo que uma das suas iniciativas no Ministério seria fazer uma capacitação e iniciar ainda nesse
543 ano para todos os dirigentes de Fundos Municipais, tendo em vista essas dificuldades de lidar com o
544 orçamento, de fazer com que o planejado estivesse expresso no seu financiamento, no seu
545 orçamento. Solicitando registro, formalizou essa proposta e convidou o próprio Coordenador para
546 participar dessa capacitação, a qual havia sido aceita. A senhora Presidente sugeriu à jornalista
547 CNAS que esse informe do IGD do Programa Bolsa-Família e do Sistema Único de Assistência
548 Social, fosse uma matéria talvez até transcrevendo o que estava no relatório observado,
549 conversando com o Sr. Antônio Carlos de Oliveira Júnior, com a Conselheira Simone Albuquerque,
550 constando no site do CNAS. A Conselheira Maria Dolores indagou quanto de juros os R\$ 468
551 milhões haviam rendido, e a Conselheira Marisa indagou se os juros ficavam para a Assistência ou
552 voltam para a União. A Conselheira Simone explicou que o Fundo era uma conta especial, não
553 voltando para o bolo geral e os juros eram os de mercado. Colocou que havia uma proposta da
554 Comissão de Financiamento de discutir essa questão dos saldos, sendo que a maioria do saldo era
555 antes do SUAS, o que seria explicado proximamente., com a senhora Presidente informando que
556 esse assunto estava na Comissão de Financiamento. A senhora Presidente, observando não ter mais
557 nenhuma observação, considerou aprovado o Relatório do GT de Financiamento. A Secretária-
558 Executiva registrou a presença dos seguintes convidados: Marcela Alcântara, SEDES/DF do GDF;
559 Evanildo Sales, SEDEST/DF; Maria Joaquina, Presidente do CEAS/GO; Annemarie, CEAS/SP;
560 Lilton, CEAS/PE. Prosseguindo, a senhora Presidente passou para o **Relato da Presidência**
561 **Ampliada.** *“Relato da Presidência Ampliada. . Estiveram presentes: Márcia, Frederico, Edna,*
562 *Carlos Ferrari e a Margareth justificou e o José Geraldo justificou a ausência. Tivemos a Mercês e*
563 *a Silvani nos apoiando. Em primeiro lugar discutimos a pauta do mês que vem. Então, na reunião*
564 *que vai acontecer dias 4, 5 e 6 de maio, mantivemos no primeiro dia, de 9h às 12h a reunião da*
565 *Comissão de Conselhos. De 14h às 18h, reunião da Comissão de Financiamento, de Normas e*
566 *Política. E de 18h às 19, reunião da Presidência Ampliada. No dia 5 termos aprovação da ata, da*
567 *pauta, informes e às 10h a gente faria a discussão da Minuta de Resolução sobre Inscrição nos*
568 *Conselhos de Assistência Social. De 14h às 15h a comissão de Financiamento e de 15h às 18h,*
569 *relato do GT do Processo Eleitoral da Sociedade Civil. No dia 6, apresentação de manhã, relato do*
570 *GT Composição, que vai fazer uma apresentação de uma Minuta de Resolução de Eleição da*
571 *Sociedade Civil para daqui dois anos. Depois, de 14h às 15h, relato da Comissão de Conselhos. De*
572 *15h às 16h, relato da Comissão de Política, depois de Normas, depois da Presidência Ampliada. E*
573 *esta é a próxima Reunião, dias 4, 5 e 6. Os outros assuntos discutidos. Recebemos convite para*
574 *proferir palestra sobre o tema “Processo eleitoral nacional, estadual municipal, composição dos*
575 *Conselhos no contexto da Lei 12.101/2009”, durante a 14ª Reunião Ampliada do FONACEAS, a*
576 *realizar-se nos dias 15 e 16 de abril na cidade de Florianópolis, Santa Catarina. A Presidência*
577 *Ampliada deliberou por encaminhar agradecimentos e justificar a impossibilidade de participação*
578 *deste Conselho tendo em vista a agenda de compromissos do CNAS durante a referida reunião. E*
579 *também mais um item que eu acrescento aqui, que exatamente esse tema, aí eu peço para*
580 *acrescentar no relatório, esse tema está sendo neste momento debatido pelo Conselho. E o*
581 *Conselho, ao se pronunciar, vai pronunciar diante de suas Resoluções que estão sendo*
582 *confeccionadas e estão no GT e serão deliberadas na próxima reunião. Depois um convite enviado*
583 *pela senhora Valdete de Barros Martins para o CNAS participar do Seminário sobre o tema “O*
584 *Centro de Referência de Assistência Social – CRAS: a rede de atendimento e o trabalho social com*
585 *a família”, nos dia 08/04 na Assembléia Legislativa de Campo Grande. É uma atividade da Frente*
586 *Parlamentar de Assistência Social. A Presidência Ampliada também sugere encaminhar*
587 *agradecimento e justificar a impossibilidade de participação deste CNAS também em decorrência*

588 *das reuniões deste Conselho. Na oportunidade eu quero chamar atenção que a Presidência*
589 *Ampliada discutiu o fato de eventos que acontecem durante a Reunião do CNAS para que a gente*
590 *não aceite esses convites para que a gente possa estar presentes à Reunião Plenária do CNAS,*
591 *porque têm tido muitos convites e a ausência de um ou outro, às vezes, significa a impossibilidade*
592 *de uma reunião de Comissão porque não teve quorum. Então é importante que durante as reuniões*
593 *do CNAS a gente não saia. Gente, faltam algumas palavras às vezes, mas eu agradeço as*
594 *intervenções e ajudas. A Presidência Ampliada não quer mais esse negócio de reunião. Convite do*
595 *Conselho Municipal de Assistência Social de Franca específico para a Conselheira Margareth*
596 *Dallaruvera para realizar palestra sobre o tema “O Conselho de Assistência Social: desafios para*
597 *efetivar o controle social”, para os Conselheiros que serão eleitos naquele Conselho, no dia 6 de*
598 *maio de 2010. A Conselheira convidada informou que poderá participar se a data do evento for*
599 *adiada para o dia 7 de maio por causa da Reunião, já seguindo esse bom encaminhamento. 5.*
600 *Acórdão TCU nº 423/2010, de 10/03/2010, referente ao item 9.54.1 e item 9.2.1 do Acórdão*
601 *2680/2008. O item 9.4 do Acórdão 423 determina ao CNAS que envie, no prazo de 45 dias,*
602 *reanálise das Resoluções 43/05, 97/05 e 17/06, que se referem a processos de certificação de*
603 *entidades, para esclarecer os senhores. A Coordenação de Normas do CNAS está fazendo um*
604 *levantamento sobre as Resoluções que já foram revisadas e sobre as respostas encaminhadas ao*
605 *TCU sobre o assunto. O item 9.2.1 do Acórdão 2680/2008, que determina ao CNAS que encaminhe*
606 *ao TCU a relação de processos referente à concessão e renovação de CEAS pendentes de análise e*
607 *juízo anteriores ao exercício de 2000, noticiando a situação em que se encontram, as datas*
608 *previstas para julgamento, o montante de recursos abrangidos por cada certificado e as datas de*
609 *decadência de eventuais créditos tributários, promovendo, semestralmente, a atualização de tais*
610 *informações, a fim de subsidiar as ações de acompanhamento por parte do Tribunal. Está sendo*
611 *preparada resposta ao TCU no sentido de esclarecer que não há processos de renovação do*
612 *CEBAS sem decisão neste Conselho, tendo em vista que foram abarcados pela Medida Provisória*
613 *nº 446/2008. Quanto aos processos de concessão originária, informaremos que, com a*
614 *promulgação da Lei 12.101/2009, os processos foram encaminhados aos Ministérios responsáveis,*
615 *considerando a área de atuação preponderante da entidade. 6. Questionário/relatório sobre*
616 *Conferências Nacionais de Assistência Social solicitado em audiência neste CNAS pela Secretaria*
617 *Nacional de Articulação Social da Presidência da República. O acompanhamento da Secretaria*
618 *Nacional de Articulação Social visa disponibilizar em banco de dados da Secretaria Geral da*
619 *Presidência da República/Secretaria Nacional de Articulação Social informações sobre os*
620 *movimentos sociais em Conferências Nacionais, objetivando assim, democratizar informações,*
621 *subsidiar estudos sobre os temas principais e promover a criação de novas propostas de debates*
622 *para os Conselhos e suas Conferências Nacionais. Dentre os principais questionamentos trazidos*
623 *estão:- Quais os documentos que subsidiaram cada Conferência? - Quais são as principais*
624 *deliberações? - Quais as resoluções mais significativas? - Quais os resultados alcançados em cada*
625 *uma delas? - Quantos participantes, quantos delegados e quantos usuários? Na ocasião da*
626 *reunião, a Secretária Executiva informou que o CNAS já possui o resultado de um estudo*
627 *desenvolvido por uma pesquisadora contratada à época por intermédio do Projeto da UNESCO,*
628 *que traz o levantamento detalhado das conferências Nacionais de I a IV. Em relação à V, VI e VII*
629 *Conferência Nacional a Presidência Ampliada sugere que um pesquisador faça um levantamento*
630 *nos moldes do estudo anterior, abordando os questionamentos levantados pela Secretaria Nacional*
631 *de Articulação Social da Presidência da República, dentre outros assuntos relevantes. 7. Material*
632 *encaminhado pela LBV. O CNAS recebeu o material escolar encaminhado pela LBV e a*
633 *Presidência Ampliada sugere que o mesmo seja doado a alguma entidade do DF. São mochilas,*
634 *pastas, cadernos, lápis, borracha, material escolar. 8. Informes sobre as Moções recebidas na VII*
635 *Conferência Nacional. Resposta às moções enviadas: 8.1. Moção de Repúdio à criminalização da*
636 *pobreza e dos movimentos populares remetida pelo Gabinete particular do Governador do Estado*
637 *da Bahia, contendo cópia do Ofício do Gabinete, Ofício nº 78/2010, por meio do qual a Secretaria*

638 *de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza – SEDES, presta esclarecimento sobre programa*
639 *de atendimento à população em situação de rua. 8.2. A outra resposta que recebemos é uma*
640 *Reivindicação encaminhada pelo CEAS do Rio de Janeiro, oriunda da VII Conferência Estadual do*
641 *Rio de Janeiro, que solicita a ampliação do processo participativo para a delegação do Estado do*
642 *Rio de Janeiro de forma a modificar os critérios de exigibilidade na decisão do número de*
643 *delegados para as Conferências Nacionais. 8.3. A Secretária Geral da Mesa do Senado Federal*
644 *informa que a Moção de Apoio à duração de trabalho do Assistente Social aprovada na VII*
645 *Conferência Nacional de Assistência Social e encaminhada àquela Casa foi juntada ao Projeto de*
646 *Lei da Câmara nº 152/2008, que acrescenta dispositivo à Lei 8662, de 7 de junho de 93, para*
647 *dispor sobre a duração de 30 horas. 8.3.1. A mesma Secretária da Mesa informa que a Moção de*
648 *Repúdio ao PL 7703/2003, que trata do “Ato Médico” foi juntada ao processo de Substitutivo da*
649 *Câmara de Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 268/2002, que dispõe sobre o exercício da*
650 *medicina. 8.3.2. Quanto à Moção de Repúdio à criminalização da pobreza e dos movimentos*
651 *sociais nos municípios de São Paulo e Campinas, o Secretário Chefe da Casa Civil encaminhou*
652 *cópia das informações prestadas pela Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social*
653 *de São Paulo, que informou o seguinte: “A Política de Assistência Social do Estado de São Paulo*
654 *pauta-se pelas diretrizes da Política Nacional de Assistência Social e que compete a esta secretaria*
655 *formular, orientar e supervisionar a aplicação da Política nos municípios. Quando da supervisão*
656 *técnica nas DRADS, que são os regionais, Capital e Campinas, a denúncia será verificada e*
657 *orientada a fim de atender aos direitos humanos fundamentais previstos pelas legislações*
658 *internacionais e a Constituição Federal do Brasil”. Da mesma forma, o ponto 8.3.2.1. A Secretaria*
659 *de Cidadania, Assistência e Inclusão Social de Campinas enviou por meio do Ofício 193/2010,*
660 *parecer da área de Proteção Social Especial de Alta Complexidade – População Adulta em*
661 *Situação de Rua. Aquela Secretaria informou que a Região Metropolitana de Campinas e o*
662 *COEGEMAS, em conjunto com a Frente Paulista de Dirigentes Públicos Municipais de Assistência*
663 *Social estão construindo um protocolo de atendimento dirigido à população em situação de rua*
664 *única por parte dos municípios, com formato de portes diferenciadas, tendo sido referendado por*
665 *profissionais das áreas de atendimento a esse público-alvo. 9. Oficina de capacitação com as*
666 *CMAS citados no Acórdão nº 2809/2009. Um grupo de Conselheiros propôs à Presidência*
667 *Ampliada a realização de uma Oficina de Capacitação com a presença dos 40 municípios*
668 *sorteados, que foram citados no Acórdão do TCU citado acima, bem como gestores municipais*
669 *desses municípios e todos os Conselhos Estaduais de Assistência Social para abordar temas como:*
670 *- Infraestrutura para funcionamento dos Conselhos e Secretaria Executiva; - O controle social dos*
671 *Fundos de Assistência Social; - Processos de escolha de representantes da sociedade civil; -*
672 *Controle social; - Plano de providências. Sugeriu-se que a capacitação conte com a participação*
673 *da Secretaria Nacional de Assistência Social do MDS, Conselheiros Nacionais, TCU e outros*
674 *facilitadores, para um número de, aproximadamente, 200 pessoas, no total. Para a*
675 *operacionalização propõe-se que o CNAS defina com quais recursos o evento será realizado, tendo*
676 *em vista que a Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social, pode ser utilizada*
677 *para o financiamento, mas será feito um TR com financiamento especial para este evento, com*
678 *recursos da UNESCO. Foi sugerido, ainda, que a Coordenadora de Acompanhamento aos*
679 *Conselhos do CNAS e representante do SNAS/MDS elaborem o termo de Referência. Ressaltou-se*
680 *que o TR deverá garantir o custeio de participação de dois representantes dos CMAS citados nos*
681 *Acórdãos, sendo representantes do governo e sociedade civil; de todos os CEAS e CAS/DF com*
682 *representantes da sociedade civil, secretários executivos e facilitadores. As datas sugeridas para o*
683 *evento são: dias 25, 26 e 27 de maio ou 31 de maio e 01 e 02 de junho de 2010. O último informe,*
684 *que a gente já acabou fazendo, mas que fica agora oficializado sobre a nova representação do*
685 *FONSEAS no CNAS. O FONSEAS será representado pela senhora Marta de Oliveira Sales, que*
686 *substitui Heloísa Helena Mesquita e Eutália Barbosa Rodrigues, que substitui Tânia Garib. E o*
687 *CONGEMAS, a indicação da titularidade é o senhor Sérgio Wanderly da Silva, Secretário*

688 *Municipal de São Gabriel do Oeste e a senhora Marisa Rodrigues, Secretária Municipal de*
689 *Assistência Social de Sítio Novo, Rio Grande do Norte, são as novas representações*
690 *governamentais. Eis o relatório”* O Conselheiro Ferrari referiu-se à oficina proposta em relação ao
691 TR sobre a questão dos recursos, onde se havia elencado algumas possibilidades tanto no que se
692 referia ao recurso do próprio Conselho quanto ao recurso da UNESCO, deixando claro para que a
693 equipe técnica encaminhasse isso da melhor forma, sendo proposta reunião de uma Comissão
694 Conjunta, mas ainda não nomeados seus membros. Informou que participaram do debate, além dele
695 próprio, como Coordenador da Comissão de Conselhos, os Conselheiros Renato e Clodoaldo,
696 indagando aos mesmos sobre a possibilidade de participarem nessa Comissão para construir esse
697 trabalho junto com o MDS, e se havia mais alguma sugestão sobre o assunto. Observou que não
698 haviam colocado no relato a questão da participação do TCU como palestrante. Manifestando
699 questão de ordem, o Conselheiro Renato Saidel indagou qual seria a metodologia a ser utilizada, se
700 iriam discutir o relatório ponto a ponto ou se começariam do último para o primeiro, tendo outras
701 observações em itens anteriores. A senhora Presidente indicou que poderia ser ponto a ponto
702 começando desse que já havia iniciado a discussão, voltando depois para a ordem. A Conselheira
703 Simone ponderou não entender a criação de outra Comissão, com o Conselho já tendo uma
704 Coordenação responsável e propondo que esse trabalho fosse uma atividade constante nesta
705 Coordenação e não apenas sob provocação do TCU. O Conselheiro Ferrari esclareceu ter ocorrido
706 falta de quorum da Comissão de Conselhos no dia anterior, explicando a forma como havia sido
707 colocado no relato. A Conselheira Simone, reiterando ser função dessa Coordenação acompanhar os
708 Conselhos., observou que a melhor forma de se atuar seria através do projeto com a UNESCO,
709 negociando-se recursos posteriormente com o Conselho Nacional. O Conselheiro José Crus
710 complementou que para ser realizado via UNESCO ou PNUD requeria aproximadamente 45 dias
711 para se conseguir viabilizar no Ministério. O Conselheiro Renato Saidel indicou que todos os
712 municípios levantados pelo TCU apresentavam problema, sendo que as temáticas do encontro
713 haviam sido originadas por esse levantamento, e observando que no documento não havia visto a
714 participação do gestor, o que havia sido colocado como provocação para sua participação. O
715 Conselheiro Ferrari esclareceu a questão da Comissão, com a idéia sendo que Comissão de
716 Conselhos e MDS pudessem construir essa oficina., faltando aprofundar mais o conteúdo,
717 convidados, facilitadores e metodologia. Manifestou que gostaria que ficasse registrado em ata que
718 essa oficina era uma primeira iniciativa e tendo um objetivo muito claro, de capacitar, de fortalecer
719 o Controle Social, sem nenhum caráter punitivo. A senhora Presidente encontrava preocupante o
720 desdobramento de Comissões, com o tempo sendo muito precioso nas lutas da Sociedade Civil e do
721 Governo, tendo que se preocupar com esse papel e com o custo para a sociedade brasileira dessas
722 reuniões do CNAS, inclusive com os Conselheiros sem tempo disponível para novos encontros. O
723 Conselheiro Renato Saidel ponderou que a idéia havia sido chamar um grupo para não ter que
724 convocar toda a Comissão, diminuindo a questão do gasto. Que se destacaria algumas pessoas, que
725 junto com alguns representantes do MDS, discutiriam essa oficina. Manifestou que esse ponto teria
726 que ser definido nesse momento, considerando não ter tido quorum e com a reunião não tendo
727 acontecido oficialmente. O Conselheiro Ferrari se comprometeu, se a Plenária o autorizasse,
728 enquanto Coordenador da Comissão de Conselhos, indicar os nomes da Comissão de Conselhos
729 para que se fizesse esse trabalho junto ao MDS. Ressaltou que não estava sendo criada nenhuma
730 Comissão, mas sendo feito um trabalho conjunto da Comissão de Conselhos e SNAS. Explicou
731 que havia sido colocado no relatório dois representantes por município, representante do CEAS,
732 Sociedade Civil, gestor estadual e proposto Secretário Executivo de cada estado. A Conselheira
733 Simone encontrava que havia que dar liberdade para a equipe trabalhar, fazendo uma proposta com
734 todos os dados necessários, sendo um indicativo e dando liberdade para esse trabalho. O
735 Conselheiro Renato Saidel esclareceu que isso havia sido contemplado, com a sugestão sendo feita
736 para ser acolhida ou não pelo Grupo. A senhora Presidente observou que, do ponto de vista da
737 Secretaria-Executiva, seria feita uma consulta a locais para realização do evento e os demais

738 procedimentos. Ponderou que essa metodologia de trabalho que o TCU utilizava, também o era pelo
739 CNAS, devendo se ter cuidado ao tratar com os municípios levantados, não sendo uma punição,
740 mas uma oportunidade para que os Conselhos avançassem. O Conselheiro Renato Saidel chamou a
741 atenção para questão da representatividade, etambém sobre os gestores, para registro. Com relação
742 ao ponto um, Minuta de Pauta,o Conselheiro Renato Saidel sentiu falta da apresentação da Política
743 Nacional da População de Rua e do Relato do GT Resolução, com a senhora Presidente informando
744 haver justificado a ausência do Conselheiro e a apresentação transferida para junho. Prosseguindo, o
745 Conselheiro referiu-se ao relato do GT Regulamentação, com reunião aprovada para o dia 14 de
746 abril, quando teria que ser relatada. A Conselheira Thays solicitou reflexão sobre a questão do PL
747 SUAS, que deveria ser priorizada, sendo importante inserir na próxima reunião, com a senhora
748 Presidente observando que essa proposta havia sido aprovada pelo Pleno. Sobre o ponto dois, o
749 Conselheiro Frederico solicitou que se pudesse avaliar a publicização da agenda de reuniões do
750 Pleno e das Comissões, para que os convites não fossem feitos nos dias de Plenária. A senhora
751 Presidente observou que se faria uma nota para que as pessoas se reportassem ao calendário para
752 não haver esses choques de agenda. O Conselheiro Renato Saidel ponderou que havia 45 dias para
753 responder à notificação do TCU, sendo que, dependendo da data que havia chegado, na próxima
754 Plenária não se teria condições de aprovar, indagando se o prazo estava esgotado. Questionou como
755 estava a questão desse levantamento e se havia ou não sido feita alteração, com a senhora
756 Presidente esclarecendo que a Conselheira Edna responderia esses questionamentos. O Conselheiro
757 Renato Saidel referiu-se ao item 9.2.1, que trabalharia a questão dos processo anteriores ao
758 exercício de 2000, com resposta ao TCU esclarecendo que não havia processo de renovação de
759 CEBAS sem decisão nesse Conselho, tendo em vista que foram abarcadas pela Medida Provisória e
760 informando que os processos anteriores a esse ano já estavam todos julgados, não havendo nenhum
761 tipo de problema. Colocou que havia outra informação com relação às datas de decadência de
762 eventuais créditos, o que não estava sendo informado, assim como os recursos, tendo que se
763 preocupar com tais questões e informar de maneira mais detalhada, para não voltar a ocorrer o
764 problema com o TCU, na edição do Acórdão passado. A Conselheira Edna solicitou o registro de
765 que se evitasse levar determinados assuntos diretamente para a Presidência, sendo sempre sejam
766 tratados nas Comissões, observando que esse caso específico não havia ido para a Comissão porque
767 não haveria prazo para pautar na Comissão de Normas e depois fazer a resposta para o Tribunal.
768 Destacou que como esse era administrativo e os encaminhamento haviam sido tirados na última
769 reunião, que todos os Acórdãos do TCU que chegassem iriam para a Comissão de Normas tomar
770 conhecimento, participar da elaboração da resposta e apresentar nesse Pleno. Informou que esse
771 caso específico havia sido recebido no dia 17 de março e, para não vencer o prazo, havia sido feito
772 dessa forma. Com relação ao item 9.2.1, havia assumido o compromisso, junto com a Secretaria-
773 Executiva enquanto Coordenadora da Comissão de Normas, informando a não existência de
774 processos considerando que os anteriores a 2009 haviam sido abarcados pela Medida Provisória
775 446, e os posteriores já haviam sido encaminhados aos Ministérios competentes para a certificação,
776 anexando cópia dos Ofícios de encaminhamento dos processos aos Ministérios. Quanto a eventuais
777 créditos tributários, a Conselheira Edna informou que a resposta era com a Secretaria da Receita
778 Federal do Brasil. A senhora Presidente ponderou que essa Memória teria algumas questões para
779 acertar, devendo ser apresentada no dia seguinte. Prosseguindo, citou o ponto seis, sobre a proposta
780 de contratação de um um pesquisador para fazer o estudo e análise sobre as Conferências Nacionais
781 de Assistência Social. O Conselheiro Renato Saidel encontrava o tema subjetivo para se passar para
782 um pesquisador, precisando-se estabelecer como isso seria feito. A senhora Presidente ressaltou ser
783 uma proposta que o Conselho estava aprovando e seria produzido um TR para que se fizesse uma
784 contratação, com esse trabalho sendo detalhado, um processo público publicado no Diário Oficial e
785 nos jornais de grande circulação. O Conselheiro Clodoaldo relatou a existência de um trabalho
786 desenvolvido por intermédio do Projeto UNESCO, que fazia um levantamento detalhado das
787 Conferências, indagando se o mesmo não seria suficiente, e por que o pesquisador que havia

788 iniciado não dava continuidade. A senhora Presidente ponderou ser outro produto, publicado no CD
789 da IV Conferência e constando no site. Informou o acidente ocorrido com o Sr. Ranieri e o
790 falecimento de sua mãe, com o Conselheiro Clodoaldo propondo fosse feito um manifesto de
791 solidariedade. A senhora Presidente destacou o item sete, sem questionamentos e o ponto oito, com
792 o Conselheiro Renato Saidel fazendo três questionamentos no item 8.1, 8.2 e 8.3.2. Com relação ao
793 item 8.1, ponderou ser interessante publicizar os esclarecimentos. Com relação à Moção de
794 Reivindicação encaminhada pela Presidente do CEAS do Rio de Janeiro, indagou qual o
795 desdobramento e, com relação ao item 8.3.2, sobre a Moção de Repúdio à criminalização da
796 pobreza e dos movimentos sociais dos municípios de São Paulo e Campinas, observou ter resposta
797 só da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, da Secretaria de Cidadania,
798 Assistência e Inclusão Social do município de Campinas, indagando se o município de São Paulo
799 não havia respondido e qual a atitude do Conselho face a essa ausência de resposta. A senhora
800 Presidente observou que se aguardaria para esse recebimento e dar um prazo para cobrar essa
801 resposta. O Conselheiro Clodoaldo ponderou existir uma devolutiva do Estado, precisando seu
802 acompanhamento. O Conselheiro Renato Saidel sugeriu que se encaminhasse o assunto para que
803 fosse devidamente verificado segundo aquilo que havia sido aprovado na Reunião Plenária passada,
804 no GT que havia feito uma proposta de Resolução para a denúncia e já aprovado. O Conselheiro
805 Clodoaldo indagou se diante dessa resposta houve algum outro Ofício do Conselho pleiteando isso,
806 o que não havia acontecido. Após colocações, a senhora Presidente observou não ter divergência
807 quanto ao encaminhamento, com a natureza dessa questão sendo uma Moção que continha uma
808 denúncia e encaminhada para a Secretaria de Assistência Social do Estado, devendo se fazer um
809 alerta ao Conselho Estadual para continuar acompanhando o assunto, com cópia para o Conselho
810 Municipal dos respectivos municípios. Com relação ao assunto, o Sr. Lilton discorreu sobre sua
811 experiência do assunto, alertando que ao encaminhar o ofício, também enviassem o subsídio para
812 que se pudesse trabalhar melhor. A senhora Presidente considerou registrada essa reivindicação.
813 Que queria submeter a aprovação do relatório, mas relatou que não constava uma informação
814 discutida na Presidência Ampliada no dia anterior, com a Secretária-Executiva dando os números,
815 mas que nesse final de semana completariam o trabalho de envio de todos os processos para a
816 Saúde, Educação e para o MDS, relatando o trabalho realizado. Informou que estava estudando uma
817 maneira de acompanhar as novas funções do Conselho, inclusive, a ampliação da sala Plenária,
818 incluir uma sala para os Conselheiros e duas salas de reunião. A senhora Presidente procedeu à
819 aprovação do Relatório da Presidência Ampliada, com as mudanças propostas durante a reunião e
820 com os acréscimos de informação, sendo aprovado pelo Pleno. Aparteando, o Conselheiro
821 Clodoaldo propôs que o Conselho fizesse um manifesto de solidariedade ao povo do Rio de Janeiro.
822 **ENCERRAMENTO.** A senhora Presidente encerrou a reunião, convidando a todos para
823 retornarem às 13h30min. **ABERTURA.** Reiniciando a reunião, a senhora Presidente destacou a
824 alegria com que a Ministra do MDS, Sra. Márcia Lopes, era recebida, relatando as atividades que
825 exercia e, juntamente com o Ministro Patrus Ananias, haviam promovido a abertura e
826 transformação dessa Política de Assistência Social em Política Pública. Dando-lhe as boas vindas,
827 discorreu sobre o papel do MDS para a ampliação e inauguração do Controle Social no Brasil. Falou
828 sobre a reestruturação, inclusive do espaço físico, para exercer o papel que a Constituição Federal
829 delegava a cada um dos Conselheiros. A Ministra cumprimentou a todos os presentes, manifestando
830 a satisfação com que se encontrava nesse Fórum e informando o agendamento de sua participação
831 em uma das reuniões do CNAS e também do CONSEA, ressaltando não apenas sua tarefa
832 profissional, como também a sua atividade política, nacional, de extrema relevância. Ressaltou o
833 grande aprendizado e amadurecimento profissional que havia tido durante os anos de trabalho junto
834 ao Ministro Patrus Ananias e toda a equipe do Ministério nas diferentes áreas. Explanou sobre as
835 atividades que havia exercido e que tinham relação com a gestão de Políticas Sociais e sobre o
836 Controle Social, relatando o convite recebido, com a grande responsabilidade e desafio de conduzir
837 o Ministério até 31 de dezembro do presente ano. Observou conhecer a estrutura, os propósitos, da

838 equipe do MDS, dos Conselheiros Nacionais presentes e da grande responsabilidade que esse
839 Colegiado tinha de trazer a realidade dos municípios e dos estados, a permanente e diária
840 construção da Política Nacional de Assistência Social no SUAS, ampliando para as outras áreas do
841 Ministério e do Governo Federal. Que retomava essa tarefa partilhando com todos os Conselheiros
842 esse momento de consolidação de todas as iniciativas ao longo desses anos do MDS, dessas
843 Políticas e a agenda do Brasil, visando o desenvolvimento social, econômico, a distribuição de
844 renda, o fortalecimento do Estado e da democracia, o fortalecimento dos movimentos sociais e das
845 entidades da Sociedade Civil, a qualificação cada vez maior dos profissionais que atuavam no
846 âmbito das Políticas Públicas. Que era responsabilidade de todos partilhar essa tarefa de, a cada
847 mês, a cada reunião, aprimorar e construir e consolidar cada decisão para tivesse repercussão direta
848 na vida dos estados, dos municípios, dos usuários das Políticas Públicas. A Ministra agradeceu a
849 oportunidade de estar presente, informando da agenda que havia montado e a decisão o mais breve
850 possível reunir todos os Secretários de Estado, onde residia um dos pilares da proposta de
851 consolidação das iniciativas do Ministério e das políticas tão bem discutidas e pontuadas como
852 desafios nesse Conselho. Ponderou que nessa perspectiva trabalhariam em conjunto, com muito
853 empenho e com absoluto compromisso com a sociedade brasileira e com os sentimentos mais
854 elevados do povo brasileiro, que aspirava cada vez mais dignidade, respeito, cidadania. Ressaltou a
855 discussão da Pauta eleição da nova composição da Sociedade Civil deste Conselho, ressaltando a
856 importante missão desse segmento como do Governo, relatando os assuntos que seriam discutidos
857 com o Presidente, com enormes desafios para o país e um momento fundamental no Conselho,
858 cujas deliberações refletiam nos estados e municípios. Agradecendo a atenção, a Ministra colocou-
859 se à disposição, manifestando que teria oportunidade de retornar outras vezes ao CNAS. A senhora
860 Presidente informou a presença da Prof^a. Eleonora, do Departamento de Ciência Política da UFMG,
861 que participaria da discussão da eleição da Sociedade Civil. Ressaltou à Ministra que o Conselho
862 Nacional se colocava ao seu lado para fazer com que as Políticas Sociais avançassem nesse país.
863 Informou o debate acontecido no período da manhã, com a Comissão de Financiamento, uma
864 proposta que seria discutida ao seu lado, da transformação das verbas e dos recursos discricionários
865 em recursos obrigatórios para que se efetivasse o acompanhamento desse processo. Informou que
866 haviam delegado ao Conselheiro Coordenador da Comissão de Financiamento, Conselheiro José
867 Geraldo, para repassar à Ministra esse pleito do Conselho, que era a transformação da política em
868 Política Pública, de fato. O Conselheiro José Geraldo deu as boas vindas à Ministra, dizendo que
869 estariam ao seu lado para se dar continuidade ao trabalho desenvolvido pelo Ministro Patrus
870 Ananias. Ressaltou ser um antigo desejo do MDS e desse Conselho de se converter os serviços de
871 Assistência Social que caracterizam despesas continuadas e responsabilidade do Estado em
872 despesas de caráter obrigatório para a União, o que estava sendo tratado na consolidação das leis
873 sociais. Destacou que enquanto havia essa pendência, haviam aprovado uma demanda do MDS no
874 âmbito da Comissão de Financiamento e do próprio Plenário, para que esses serviços fossem
875 incluídos no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias como ressalvados, o que seria uma garantia
876 para a continuação dessa discussão. Relatando os gestos anteriores, informou à Ministra
877 que dia 15 era o prazo para encaminhar a LDO, solicitando que falasse com o Ministro Paulo
878 Bernardo e com o Ministro Guido e pactuasse com os mesmos a inclusão das ações de serviço
879 social, sócio-assistenciais nas despesas ressalvadas, assim como o era o Programa Bolsa-Família. A
880 senhora Presidente referiu-se ao pleito trazido no período da manhã pelo Conselho, e mesmo
881 sabendo do empenho da Ministra na aprovação e na luta pela garantia do PL SUAS, que unissem
882 forças para que ao findar essa administração do Conselho e essa administração federal, deixasse
883 patenteados em uma lei todas as conquistas que o povo brasileiro havia tido e tinha no PLSUAS.
884 Prosseguindo, a senhora Presidente passou a palavra para a Secretária Nacional de Assistência
885 Social, Sra. Rosilene Rocha, que cumprimentou a todos, discorrendo sobre as suas atividades e
886 sobre a necessidade que os recursos discricionários passassem a ser obrigatórios. Manifestando a
887 alegria por estar presente, colocou-se à disposição para fazer as tratativas em torno dos importantes

888 temas da Secretaria, o Ministério e o Conselho Nacional. A senhora Presidente registrou a presença
889 da Vice-Presidente, Margareth Alves Dallaruvera, informando que os Conselheiros haviam feito um
890 registro de deixar no site e em outros meios de divulgação, a demonstração de que esse Conselho
891 Nacional reconhecia o papel que o Ministro Patrus Ananias havia tido, não só da Política de
892 Assistência Social, mas especialmente, do Controle Social. Informou que fariam manifestações e
893 uma carta para os Conselhos Estaduais e Municipais, não só reconhecendo o seu papel como da
894 doutora Arlete Sampaio. A Ministra, dirigindo-se ao Conselheiro José Geraldo, destacou que essa
895 era uma posição de coerência dentro do que vinham assegurando, informando ter uma agenda com
896 o Ministro Paulo Bernardo, mas podendo telefonar antes da data marcada e falar sobre o assunto,
897 comprometendo-se a levar essa manifestação do Conselho, o que representava o que vinha se
898 debatendo ao longo dos anos, sendo bom se os estados e os municípios também fizessem isso.
899 Despedindo-se, agradeceu novamente a atenção, reiterando que esse trabalho continuaria o que
900 havia sido realizado pelo Ministro Patrus Ananias e pela Dra. Arlete. Continuando, a senhora
901 Presidente passou a palavra para a Prof^a Eleonora, militante da Política de Assistência Social havia
902 muitos anos, dando uma grande contribuição às discussões sobre a democracia participativa no país,
903 discorrendo sobre o trabalho que ela vinha realizando. A Prof^a Eleonora agradeceu as palavras e o
904 convite, discorrendo sobre o desafio que a Assistência Social trazia e que eram os Conselhos, os
905 quais vinha estudando de forma comparada. Informou a tese que havia feito sobre o caráter
906 deliberativo dos Conselhos, tendo se debruçado nos últimos cinco anos no estudo de Conselhos
907 Municipais de Assistência Social para entender o que era esse papel deliberativo dos Conselhos e o
908 tema da representação, passando a discorrer sobre esse último, considerando o momento atual do
909 Conselho de eleições para a definição de representantes. Explanou sobre o entendimento de
910 representação pela ciência política, observando a composição do CNAS, relatando o histórico desse
911 procedimento, retomado a partir da Idade Média, destacando ter tido mais polêmica a representação
912 do Parlamento e não a representação no Executivo. Discorreu sobre decisão vinculante, democracia
913 participativa, mandato imperativo, relatando como cada um funcionava frente à vida pública e como
914 as decisões eram tomadas, tendo que se ampliar as possibilidades de representação e de
915 participação. Ponderou que o SUAS vinha tentando enfrentar esse desafio, criando fóruns,
916 admitindo espaços de gestores e de Conselhos, com esse debate ainda em prosseguimento. Relatou
917 a presença do usuário da Assistência Social com assento no Conselho e que muitas vezes era
918 considerando desqualificado para exercer a representação no Conselho, o que deslegitimava a sua
919 presença, discorrendo sobre os modelos de representação e o debate existente sobre representar
920 interesses de grupos e interesses gerais. Observou outra coisa importante dizendo respeito à valores,
921 opiniões e princípio, com a Assistência Social tendo uma vantagem, com o SUAS indicando quais
922 eram os valores e os princípios que se estava defendendo. Que embora se tivesse a possibilidade de
923 ter interesses divergentes circulando no Conselho existiam valores e princípios únicos que
924 sustentavam e eram sustentados, mas ressaltando que isso dependia do espaço onde se estivesse,
925 exemplificando com a Saúde. Prosseguindo, a Prof^a Eleonora discorreu sobre “democracia”,
926 “representação” e a importância da escolha pública, validando esse processo. Explanou sobre as
927 regras que haviam existindo no país e as atuais, com a inclusão de segmentos que antes não podiam
928 votar, colocando um desafio para os Conselhos de como poderiam crescer na inclusão, o seu corpo
929 político para que fossem mais legítimos. Informou que existiam três dimensões que davam
930 legitimidade à representação: autorização para se falar em nome dos demais; idéia de
931 *accountability*, que seria a prestação de contas; e, questão da responsividade, de corresponder às
932 expectativas dos eleitores, com todas as crises de representação ligadas a esses três pontos. A Prof^a
933 discorreu sobre o assunto, colocando a idéia de diversos autores, assim como relatando experiências
934 que havia tido sobre a influência do gestor nos Conselhos, que deveriam ser participativos, assim
935 como as diferenças existentes nas regras, e o papel de cada membro do Conselho. Discorreu sobre o
936 desafio que era a representação da diversidade e os problemas resultantes, estando-se em um eterno
937 processo de democratização, causado pelo avanço nas regras democráticas. Destacou um importante

938 princípio na sua avaliação, que era a igualdade de participação, com todos devendo ter a
939 oportunidade de pelo ter a chance de fazer parte do processo de escolha, discorrendo sobre essa
940 questão, assim como o processo de autonomia, relatando os problemas existentes nos Conselhos e
941 os problemas resultantes da má representação. Concluindo, a Prof^a Eleonora colocou algumas
942 questões, para que os Conselheiros refletissem sobre as mesmas. A senhora Presidente, antes de
943 passar a palavra, solicitou à Secretária-Executiva que procedesse à conferência do quorum:
944 Conselheiros Titulares e na titularidade: Conselheiro Carlos Ferrari, Conselheiro Renato Saidel,
945 Conselheira Margareth Alves, Conselheira Edna Aparecida, Conselheira Simone, Conselheira
946 Thayz, Conselheiro Frederico, Conselheira Maria Dolores, Conselheiro Renato de Paula,
947 Conselheiro José Ferreira, Conselheira Márcia, Conselheiro Falqueto, Conselheiro José Geraldo,
948 Conselheira Fátima, Conselheira irmã Rosa. Conselheiros Suplentes: Conselheira Marisa,
949 Conselheiro Clodoaldo, Conselheiro João Carlos, Conselheiro Josenir. Continuando a Conselheira
950 Marisa ponderou, com relação aos usuários, que na área da pessoa com deficiência, principalmente
951 as pessoas com autismo grave, dificilmente seriam representados, sobre o que se deveria refletir. A
952 Conselheira Edna parabenizou a Prof^a Eleonora pela apresentação e manifestou a importância de
953 sua presença na reunião do GT Composição no dia 15 de abril. O Conselheiro Ferrari destacou o
954 que a LOAS trazia que a participação da população deveria se dar por meio de representação de
955 organizações representativas, discorrendo sobre a situação e ressaltando o paradoxo entre antipatia
956 do processo e a efetiva democracia participativa, indagando como se trabalharia esse processo.
957 Indicou a interlocução entre duas propostas democráticas, participativa e representativa, refletindo
958 sobre esse ponto, explanando sobre a participação dos usuários e e como se faria para regularizar
959 essa representação, se fazendo através de normas ou de um novo ordenamento do processo eleitoral.
960 Discordou sobre a questão da prestação de contas, o que era feito constantemente, mesmo que não o
961 fosse de uma maneira formal. Concluindo, solicitou que a Prof^a Eleonora fizesse algumas reflexões
962 sobre o aspecto nacional, se considerava e respeitava o pacto federativo para atender às expectativas
963 de âmbito nacional e ao mesmo tempo contemplar aquelas participações demandadas do pequeno
964 território. A Conselheira Maria Dolores, discorrendo sobre os conflitos trazidos pela Assistência
965 Social, citou a representação de usuários e as dúvidas sobre o assunto. Solicitou à Prof^a uma
966 bibliografia que ajudasse a resolver o conflito, observando que a Federação das APAES, cujo
967 congresso aconteceria em agosto, ainda não haviam definido objetivamente qual era o papel do
968 representante e em que momento ele estaria refletindo em relação à associação que no momento era
969 individual. Solicitou permissão para divulgar a apresentação para todo o movimento para se
970 amadurecer em conjunto, nesse processo. A Prof^a Eleonora, relatando sua formação, ponderou que
971 os questionamentos feitos mostravam como as conexões entre teoria e realidade eram
972 importantíssimas. Destacou a fala da Conselheira Marisa sobre a questão dos usuários que não
973 tinham condições de se representar e sobre o que havia que se refletir, citando alguns autores e suas
974 colocações sobre o assunto, assim como o surgimento de novas situações, mas tratadas com regras
975 antigas. Continuando, ponderou que as pessoas com assento nesses espaços tivessem também um
976 compromisso anterior com essa Política e que não fossem pessoas que caíssem do nada para ocupar
977 espaços que pudessem lhes dar status político, o que era uma realidade. Destacou que isso era
978 cultura e mudar essa situação era uma ação a longo prazo, tendo que se definir como se resolveria
979 os casos em que pessoas não poderiam se auto-representar ou porque não tinham capacidade mental
980 para isso ou porque a lei as impedia, não dando para fugir desse debate do qual não tinha resposta,
981 mas se solidarizando com essa questão e compartilhando com a Conselheira Dolores que seus
982 conflitos também eram muitos. Respondendo ao Conselheiro Ferrari, ressaltou que a A LOAS
983 realmente estabelecia que a representação era por organizações, não se tendo, nesse momento, como
984 fugir dessa situação. Ressaltou que o indivíduo não poderia ter assento como indivíduo, mas sendo
985 isso o que se queria, estando aí o vínculo entre democracia participativa e democracia
986 representativa, discorrendo sobre a representatividade. Com relação à prestação de contas,
987 encontrava insuficiente essa prestação de contas informal, devendo se pensar em procedimentos

988 permanentes e ao alcance de todos. Dirigindo-se aos Conselheiros, indagou qual era a estratégia que
989 estava usando para estar em contato permanente com todos os trabalhadores da Assistência Social
990 prestando contas das suas ações, não para a entidade, mas para todos os organismos envolvidos
991 nesse processo, com o Conselho prestando apoio àqueles menos favorecidos. A Prof^a Eleonora
992 colocou que o CNAS, enquanto Conselho Nacional, tinha um desafio enorme que não saberia dizer
993 como resolver nesse momento, mas que teria que ser enfrentado e que era o Brasil com pacto
994 federativo, o qual se respeitava, mas ao mesmo tempo se cumpria o papel de ser normatizador e dar
995 orientações, explicando como se dava essa centralização administrativa com todas as instâncias.
996 Ponderou que quando se estava pensando em processos eleitorais as regras que se criassem
997 serviriam de referência para as regras dos estados e dos municípios. O Conselheiro Renato Saidel
998 manifestou-se impressionado positivamente com a fala da Prof^a Eleonora, o que gostaria de deixar
999 registrado. Observou que com relação à representação parcial com práticas que não representavam
1000 interesses coletivos e sim particulares, entendia caber uma discussão da questão ética do papel do
1001 Conselheiro junto ao Conselho, atrelada à discussão de representação e representatividade.
1002 Ponderou que ter uma visão um pouco diferente na prestação de contas, de que eram eleitos
1003 representando segmentos, mas que sua atuação não poderia ser segmentada, mas sim de âmbito
1004 geral. Respeito à sua fala em relação às entidades que recebiam recursos públicos, que feria a
1005 capacidade de autonomia das entidades, havia que se refletir como seria dentro do sistema que se
1006 estava construindo, para se chegar a consensos nesse sentido. Colocou a obrigatoriedade de
1007 prestação de contas para a sociedade, considerando sua relevante função pública. O Conselheiro
1008 Renato Saidel encontrou interessante a proposta com relação aos espaços virtuais para acolhimento
1009 de demanda de prestação de contas e, dirigindo-se aos demais membros do Conselho, observou ser
1010 uma boa forma que se poderia pensar em criar um sistema, podendo-se criar um link dentro do
1011 sistema do CNAS de prestação de contas, para que qualquer um da população pudesse acessar. A
1012 Conselheira Margareth discorreu sobre a polêmica levantada na reunião da Ampliada, de como seria
1013 a representação local do município no próprio Conselho Nacional, indagando como isso ficaria e
1014 relatando o que havia apurado sobre o assunto. Manifestou que gostaria que se estudasse melhor
1015 essa questão, para garantir a representatividade. Referiu-se ao que havia sido colocado sobre a
1016 mobilidade no poder, o que vinha sendo discutido desde o SUAS, defendendo essa mobilidade do
1017 poder do Conselheiro. Discordou, principalmente em relação à questão do tipo de representação,
1018 tendo sido eleita a entidade que indicava seu representante, manifestando preocupação quanto ao
1019 processo da recondução, e que lhe preocuparia nesse processo eleitoral porque tinha certeza que não
1020 teria representação, pelo menos de trabalhadores, como não estava tendo nos municípios, nos
1021 estados, principalmente no nível nacional. Solicitou à Prof^a Eleonora que falasse um pouco sobre
1022 desvincular a entidade do Conselheiro, concordando que o mesmo teria que ter mobilidade, mas não
1023 a entidade. A Conselheira Margareth referiu-se ao colocado sobre a conexão entre representantes e
1024 representados, relatando sua experiência desde o ingresso nesse Fórum, com as dificuldades que
1025 havia encontrado. Encontrava interessantes as colocações da Prof^a Eleonora, repassando por e-mail,
1026 inclusive as atas das reuniões e todas as informações e convocações pertinentes. Solicitou à Prof^a
1027 que falasse sobre essa interação dos Conselheiros com sua base social organizada ou, no mínimo,
1028 buscar organizar essa base social. Ponderou ter encontrado muito interessante quando falava do
1029 comprometimento da autonomia das entidades, relatando as condições que não propiciavam essa
1030 autonomia, principalmente do trabalhador. Concluindo, a Conselheira Margareth falou da
1031 possibilidade de a Prof^a Eleonora ajudar na Comissão Eleitoral. O Conselheiro Clodoaldo referiu-se
1032 à questão da representação aristocrática *versus* representação democrática, onde incluiria os partidos
1033 políticos, solicitando que fizesse uma consideração sobre essa questão. Ponderou sobre a pressão
1034 existente, relatando algumas experiências sobre essa representatividade. Com relação à
1035 autosustentabilidade das entidades, entendia que as mesmas deveriam ter autonomia, para não ficar
1036 dependentes de verbas públicas, solicitando uma reflexão sobre isso. Indagou à Prof^a se nas suas
1037 viagens observava se os Conselhos ainda incomodavam com essa linha conservadora que ainda

1038 existia no país e se existia algum movimento na tentativa de acabar com a figura dos Conselhos no
1039 país. Que se percebia no âmbito dos Conselhos, dos fóruns, o seu aparelhamento por grupos que
1040 tinham interesses e corporativismos partidários e que amesquinham a figura desses espaços,
1041 impedindo, de fato, a construção de Conselhos que fossem autônomos, independentes e que
1042 tivessem uma atuação efetiva na construção de um país democrático. O Conselheiro Renato de
1043 Paula destacou as dificuldades em se trabalhar capacitação em uma área que ainda vinha sendo
1044 reconhecida como área de interesse científico na universidade, com a Assistência Social demorando
1045 a ser reconhecida pelas universidades como uma área que, embora não fosse ciência produzia
1046 conhecimento, discorrendo sobre a questão. Manifestou alegria em saber que esse diálogo vinha se
1047 ampliando à medida que o sistema avançava, embora fosse mais na área em pesquisas relativas à
1048 execução do serviço, em relação à gestão, mas no Controle Social ainda era muito pouco.
1049 Referindo-se à questão do usuário, ressaltou que a Assistência era uma Política para quem dela
1050 precisasse, discorrendo sobre a questão e solicitando uma reflexão da Prof^ª Eleonora. Com relação à
1051 prestação de contas, discorreu sobre a dificuldade que apresentava, por não se ter tradição na
1052 Assistência de trabalhar com a perspectiva da construção de sujeitos coletivos. Prosseguindo,
1053 indagou se nas suas pesquisas a Prof^ª havia estudado quais eram as motivações que faziam as
1054 pessoas se tornarem Conselheiras, informando sobre um debate que havia ocorrido sobre o assunto,
1055 vinculando-se o processo eleitoral do Conselho à discussão de proposituras ou de propostas
1056 concretas para a Política de Assistência Social.. O Conselheiro Ferrari esclareceu haver dito que a
1057 prestação de contas existia, mas estaria longe de ser a ideal. A Conselheira Simone destacou os
1058 importantes aspectos abordados pela Conselheira Margareth, e que vinham sendo o grande
1059 tensionamento desse Conselho nos últimos anos. Que se vinha discutindo como ampliar, como
1060 conjugar qualidade e quantidade, e como se conseguiria fazer processos de escolhas públicos e
1061 crescentemente inclusivos, vindo a questão da representação, tema sobre o qual deveriam se
1062 aprofundar, discorrendo sobre o assunto. Destacou a escala que era entendida pelo Conselho, com a
1063 Prof^ª trazendo outra diferente, o que era a grande questão, discorrendo sobre o processo eleitoral e
1064 como ela poderia colaborar na resolução desses questionamentos. O Conselheiro Falqueto ressaltou
1065 a questão da tecnologia que traria maior participação aos eventos, mas ainda se necessitando de
1066 Conselhos para discutir Controle Social, Política Pública e Direitos Humanos. O Conselheiro
1067 Frederico manifestou ser um belo trabalho que reforçaria o GT Composição, reiterando o convite da
1068 Conselheira Edna para que a Prof^ª pudesse estar, juntamente com outros atores, nesse processo de
1069 construção. Referiu-se à questão da tecnologia, colocada pelo Conselheiro Falqueto, relatando a
1070 necessidade de ação, assim como a participação da psicologia nas Políticas Públicas, com o usuário
1071 necessitando estar mais atuante e participando das atividades da Assistência, assim como do
1072 conhecimento de todos os organismos ligados à questão social. A Conselheira Rosa Maria, citando
1073 as colocações da Conselheira Simone sobre a escala, pensava que as entidades estavam um pouco
1074 perdidas porque havia ocorrido uma quebra de modelo e se estava iniciando uma nova etapa.
1075 Destacou que essas entidades deveriam ser informadas para soubessem o caminho a seguir.
1076 Ponderou que quando a Prof^ª dizia que o Conselho Estadual se espelhava no Nacional quanto a
1077 disciplina, quanto a horário, mas que gostaria de reforçar era que além da autoridade do princípio da
1078 hierarquização da Igreja, ela era extremamente democrática na aplicação. A senhora Presidente
1079 reforçou o convite para que a Prof^ª Eleonora participasse mais vezes, indagando aos Conselheiros
1080 se lhe poderia entregar o documento preliminar com as contradições e problemas para sua leitura. A
1081 Prof^ª Eleonora passou a responder aos questionamentos, referindo-se ao colocado pelo Conselheiro
1082 Renato Saidel sobre a representação parcial e como isso envolvia a discussão ética, com esse
1083 Conselho tendo feito uma discussão sobre esse papel dos Conselheiros e que havia virado referência
1084 para os demais Conselhos, mas precisando-se retomar essa discussão. Que lhe parecia que várias
1085 questões levantadas implicavam em capacitação para cidadania. Que era importante capacitar todos
1086 os Conselheiros que de alguma forma, exerciam uma liderança e poderiam exercer função de
1087 Conselheiro no município, estado, na União. Manifestou que isso era um desafio enorme para

1088 discutir o que era representação, o que era interesse coletivo e interesse geral, uma série de temas
1089 que estavam sendo levantando nesse Fórum, e tudo isso direcionado pela formação. Destacou a
1090 necessidade da prestação de contas, devendo ser uma estratégia do Conselho e não do Conselheiro,
1091 com a linguagem acessível a todos. Referiu-se à escala, mencionada pela Conselheira Margareth,
1092 importante para ser pensada, relatando o pensamento de um autor sobre o assunto, criando-se
1093 espaços de representação de níveis diferenciados que iriam se fechando até chegar a uma
1094 representação nacional, ponderando que os problemas eram os mesmos em todas as instâncias.
1095 Sobre a construção do sujeito coletivo no CRAS pode ser uma coisa muito interessante, citando o
1096 trabalho realizado por uma aluna da UFMG que havia estudado as mulheres do Programa Bolsa-
1097 Família. Referiu-se à representação e representatividade, discorrendo sobre as maneiras de
1098 assegurar essa representatividade, assunto que já havia explicado, assim como sobre a questão das
1099 escalas, onde se poderiam agregar outros modelos e outros tipos de representação. Relatou os
1100 estudos referentes aos riscos da burocratização, tendo que haver uma formalização, mas não
1101 podendo reproduzir nos Conselhos práticas que afastassem a participação da representação e um
1102 risco que não se poderia correr. Prosseguindo, a Prof^a Eleonora referiu-se à recondução, que tinha o
1103 risco de não haver a mobilidade, devendo-se criar métodos em que a reeleição fosse possível, desde
1104 que houvesse prestação de contas e que houvesse punição por má representação. Dirigindo-se à
1105 Conselheira Margareth, manifestou que da forma como estava a lei, era a instituição que deveria ser
1106 punida e que por sua vez, penalizaria seu representante. Com relação à autonomia dos usuários,
1107 ponderou que isso deveria ser discutido, com a capacitação sendo outra história, relatando suas
1108 experiências quando da participação na capacitação dos delegados e Conselheiros de São Paulo.
1109 Manifestou que as pessoas precisavam estar empoderadas, ter informações e condições de
1110 autonomia, não só no sentido financeiro, mas do conhecimento da informação, senão ela não teria
1111 essa autonomia. A Prof^a Eleonora referiu-se às relevantes questões colocadas pelo Conselheiro
1112 Clodoaldo, esclarecendo sobre representação aristocrática e que decorria da própria desigualdade
1113 que se vivenciava. Ponderou que essa representação aristocrática poderia ocorrer, mas não podia ser
1114 a regra, com o protagonismo na Sociedade Civil, em qualquer espaço, sendo ocupado por aqueles
1115 que tinham interesses em ocupá-lo, com as disputas ocorrendo. Ressaltou que o processo
1116 construtivo incluía a pluralidade, a diversidade e valores e princípios que eram comuns e que se
1117 comungavam como mínimos necessários para organizar a deliberação. Ponderou ter sentido falta no
1118 debate da Assistência do povo que defendia o assistencialismo, mas que continuavam a exercer essa
1119 atividade. Destacou que a autosustentabilidade das entidades era uma questão para muito debate,
1120 tendo havido um acordo normativo na área da Assistência Social de que essa não seria a
1121 característica que marcaria essas entidades, acordo normativo que estava valendo até hoje.
1122 Observou que se esse debate precisasse ocorrer, seria feito com todos os riscos que se poderia correr
1123 no sentido de se ter problemas, pensando seriamente que o usuário da Assistência Social não tinha
1124 como pagar por esse serviço. Informou não ter ouvido nada sobre acabar Conselhos, mas sim que
1125 em alguns lugares havia muitos Conselhos e poucas pessoas para integrá-los, e se seria possível se
1126 articular esses Conselhos de uma outra forma. Sobre decisão vinculante, colocou que só era legítima
1127 se fosse feita por aqueles que tiveram a autorização eleitoral. Aqueles que não tiveram autorização
1128 eleitoral não podem tomar decisão vinculante, discorrendo sobre essa situação e o papel que o
1129 Conselho propiciava aos seus integrantes. Sobre motivação, não conhecia nenhuma pesquisa que
1130 falasse sobre a vontade de ser Conselheiro, tendo uma boa razão para se estudar essa questão. Que
1131 ficava a proposta para pensarem se todo postulante a candidato tinha que mostrar uma proposta,
1132 sugerindo “*o que você pretende fazer, ou o que sua instituição pretende apresentar como proposta*
1133 *para o SUAS? Ou quais são as bandeiras relacionadas ao SUAS que a sua entidade defende?*”.
1134 Ponderou que o desafio seria conseguir racionalizar sem perder essa capacidade de indignação,
1135 porque quem estava nessa trajetória havia muito tempo não admitia retroação ou perder conquistas,
1136 entendendo as colocações da Conselheira Simone. Destacou que poderia colaborar, mas encontrava
1137 que sua colaboração era muito mais no sentido de ajudar a refletir do que de assumir os riscos da

1138 decisão, riscos que eram dos Conselheiros. Que ajudaria a diminuir os riscos, estabelecendo
1139 primeiro quais eram os princípios, os valores, os critérios, os parâmetros que organizariam o
1140 processo, no qual se pensaria posteriormente. Depois que se resolvesse essas questões, se passaria
1141 para a fase seguinte de como se operacionalizar, sendo essa a dica que deixaria para todos. Com
1142 relação à tecnologia, citada pelos Conselheiros Falqueto e Frederico, colocou mais uma vez ser
1143 grande entusiasta com a tecnologia, mas também sempre muito cuidadosa, tendo que ser pensada
1144 associada com humanismo, esclarecendo como se faria isso. Sobre dificuldade da intersetorialidade,
1145 concordava ser complicado, tendo em alguns momentos resistências a representações, relatando
1146 algumas experiências sobre o assunto. Informou sobre a capacitação de contadores, tendo falado
1147 que se o contador não comprasse a idéia do fundo municipal não havia fundo que funcionasse,
1148 tendo que ser convencido que para a Assistência Social o fundo era a melhor solução. Encontrou
1149 ótima a idéia do Fórum, estando todos de parabéns em incluir cada vez mais. Com relação ao
1150 questionamento da Conselheira Rosa Maria, observou que na Igreja, havia uma discussão, com os
1151 antidemocráticos dizendo que a democracia gerava instabilidade e não produzia durabilidade, com a
1152 Igreja se mantendo todo esse tempo por ter conseguido manter uma certa hierarquia sem
1153 democracia, explanando sobre o assunto e destacando que o Brasil, com as ações tomadas, tinha
1154 capacidade de manter a estabilidade com democracia. Concluindo ,informou ter aprendido que
1155 depois que se produzia qualquer coisa não era mais nossa, mas sim do mundo. Quanto à sua fala,
1156 destacou que a apresentação era dos Conselheiros, podendo fazer o que achassem interessante, mas
1157 que não a deturpassem e que, caso a tese não tivesse sido enviada para o Conselho era só cobrar que
1158 a encaminharia. A senhora Presidente reiterou o convite para que a Profª Eleonora continuasse
1159 aportando contribuições, inclusive na reunião do GT no dia 15. O Conselheiro Ferrari
1160 complementou que nesse dia seria necessário produzir com base em alguma metodologia a minuta
1161 de resolução para o novo processo eleitoral, ao que a Profª eleonora informou precisar confirmar
1162 institucionalmente sua disponibilidade, considerando os compromissos adquiridos, mas não vendo,
1163 inicialmente. Nenhum problema com relação ao dia 15. A senhora Presidente reiterou a entrega do
1164 documento para que a Profª Eleonora fizesse uma proposta para discussão e debate posterior,
1165 relatando os membros do GTe do qual fazia parte, mas que seria definido posteriormente,
1166 agradecendo a sua presença. Prosseguindo, a senhora Presidente passou para **Relato da Comissão**
1167 **de Financiamento** com aprovação do orçamento do primeiro trimestre, pelo Conselheiro José
1168 Geraldo: *“Memória de reunião - Reunião da Comissão de Financiamento da Assistência Social.*
1169 *Conselheiros presentes: Márcia Maria Biondi Pinheiro, Renato Saidel Coelho, Rosa Maria Ruthes,*
1170 *Valéria Maria de Massarani Gonelli e Vicente Falqueto. Ausências justificadas: Júlia Restori, José*
1171 *Geraldo França Diniz, Geraldo Gonçalves de Oliveira Filho, Edval Bernardino Campos e Tânia*
1172 *Mara Garib. Convidados: Fernando Antônio Brandão – Diretor Executivo do Fundo Nacional de*
1173 *Assistência Social, Laurimara de Almeida Campos – Diretoria Executiva do Fundo Nacional,*
1174 *Carmem Monteiro - Diretoria Executiva do Fundo Nacional. Apoio: Maria das Mercês Carvalho,*
1175 *Jamile Calado, Ana Júlia Siqueira. 1. Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do Fundo*
1176 *Nacional de Assistência Social (FNAS) – 1º trimestre de 2010. A Diretoria Executiva do Fundo*
1177 *Nacional de Assistência Social apresentou o Relatório da Execução Orçamentária e Financeira do*
1178 *FNAS, 1º trimestre de 2010. Quanto às despesas obrigatórias. Creio que eu não farei a leitura de*
1179 *todos esses números. Se tiver alguma dúvida a gente tenta esclarecer depois. Aqui foi dado*
1180 *destaque ao seguinte ponto: as duas novas ações dentro das obrigatórias, que estão alocadas no*
1181 *FNAS dizem respeito ao cumprimento de sentenças judiciais. Essa descentralização de crédito e*
1182 *repasso financeiro é feita automática, a Secretaria do Tesouro Nacional, por meio do SIAFI efetua*
1183 *a descentralização do crédito diretamente para o Tribunal Regional Federal. Eu gostaria de fazer*
1184 *um parênteses, apesar de não ter participado da reunião para esclarecer isso. É que a sistemática,*
1185 *isso aqui é um precatório e, graças a Deus, hoje a única esfera do governo que paga*
1186 *religiosamente os precatórios é a União. O precatório, a sistemática funcionava da seguinte forma:*
1187 *os tribunais encaminhavam ao Ministério do Planejamento, com uma cópia para a Comissão Mista*

1188 de Orçamento e outra para a instituição devedora, neste caso que representa a União, no caso os
1189 Ministérios são representantes da União e para inclusão da proposta orçamentária do exercício
1190 seguinte. Esses precatórios, conforme reza o art. 100 da Constituição, só podem ser incluídos para
1191 pagamento no exercício seguinte, aqueles precatórios expedidos até 1º de julho do ano corrente.
1192 Essa sistemática mudou. Por quê? Porque a alocação era feita diretamente no ministério
1193 representante da União. Por exemplo, se a causa se referisse ao MDS este recurso era alocado no
1194 orçamento do MDS, em uma ação específica de precatório. De 2008 para cá isso mudou porque
1195 criou-se no âmbito lá da Fazenda, do Ministério da Fazenda, em um órgão chamado Encargos
1196 Financeiros da União a centralização deste precatório. Então todos esses precatórios agora são
1197 alocados lá com o nome do respectivo ministério. Quando é feita a descentralização para o
1198 tribunal pagar a execução aparece no respectivo ministério. Então parece que ontem teve uma
1199 dúvida aqui que o pessoal do MDS ficou em dúvida porque não conhecia essa ação, que não tinha
1200 sido alocada. Ela tinha sido alocada, sim, porque não posso pagar precatório se ele não estiver
1201 devidamente com dotação alocada para isso na lei. Então, na realidade, é porque todo o precatório
1202 é centralizado em um órgão do Ministério da Fazenda chamado Encargos Financeiros da União,
1203 que no nosso dia a dia a gente chama de EFU. Então por isso, talvez a dúvida do pessoal do MDS
1204 dizendo que o recurso não estava alocado no orçamento. Estava sim! Só que estava centralizado no
1205 Ministério da Fazenda. Quanto às despesas discricionárias foi apresentado o seguinte quadro
1206 demonstrativo. Aí a gente tem a lei mais os créditos, o empenhado até 31 de março e o pago.
1207 Evidentemente que sempre há diferença entre o pago e o empenhado. Destacou-se os seguintes
1208 pontos: - A Ação 8662, foi empenhado o valor de R\$ 4.3431.040 e pago R\$4.074.440. Alertando
1209 que O empenhado não está igual ao pago porque tem saldo de empenho. - A Ação 2A61, foi
1210 empenhado o valor de R\$ 32.425.856, pagando o mesmo valor. Foi esclarecido que a 2A61, que
1211 anteriormente era pago pela Piso de Transição e agora é o Piso Variável II. Dos restos a pagar
1212 foram destacados os seguintes aspectos: - Dos restos a pagar não processados, a parcela que não
1213 foi possível liquidar no ano passado já foi paga no início deste ano, além da execução do trimestre,
1214 janeiro e fevereiro. - Os restos a pagar processados referem-se aos convênios que estão em
1215 processo de instrução desde 2006. Esses processos já passaram por uma média de 9 análises cada
1216 um e já foram realizados cerca de 10 mil contratos com os municípios. Das dificuldades técnicas
1217 encontradas estão a não aprovação por parte dos Conselhos, o desconhecimento das emendas e a
1218 fatal de contrapartida. Abro um parênteses para esclarecer: esses restos a pagar completados
1219 cinco anos, eles são extintos pelo sistema. Então na realidade é uma dificuldade que está sempre
1220 referenciada pela história das emendas parlamentares. Quer dizer, você faz emenda parlamentar,
1221 não tem projeto, você empenha e depois não tem como repassar o dinheiro porque não tem nem
1222 projeto básico, na maioria das vezes. Encaminhamentos: A Comissão de Financiamento sugere: 1.
1223 Aprovação da execução orçamentária e financeira do FNAS referente ao 1º trimestre de 2010,
1224 conforme apresentado; 2. Que a Comissão de Financiamento realize levantamento sobre as
1225 propostas que tramitam no Congresso Nacional referente ao financiamento da assistência social e
1226 apresenta na próxima reunião da Comissão, partindo do projeto de lei 3800/08 da Deputada
1227 Federal Rita Camata, que trata da consolidação sobre as leis de assistência social. Eu abro aqui
1228 também um parênteses. Existe no âmbito do Governo Federal um grupo trabalhando no sentido de
1229 consolidar as leis da área social e o objetivo é no final produzir um Projeto de Lei ou dois, ou três,
1230 se não for possível consolidar em um só, que consolide essas leis e que formalize, principalmente,
1231 os programas sociais que estão em franco andamento e produzindo resultados. 3. Que a Secretaria
1232 Executiva apresente à Comissão de Financiamento na próxima reunião o relatório de execução
1233 orçamentária da Ação 8249 – Funcionamento dos Conselhos de Assistência Social. Conselheira
1234 Márcia Maria Biondi Pinheiro, Coordenadora Adjunta da Comissão”. O Conselheiro Renato
1235 Saidel observou que no encaminhamento dois estava faltando alguma coisa da discussão, tendo sido
1236 sugerido que a Coordenação de Financiamento realizasse o levantamento justamente para que se
1237 pudesse fazer propostas para esse trabalho de consolidação da legislação. O Conselheiro José

1238 Geraldo informou ter um Grupo coordenado pela Casa Civil fazendo este trabalho, pondendo se
1239 solicitar a presença de um representante para vir falar sobre o andamento desdte trabalho.
1240 Continuando, o Conselheiro Renato Saidel reiterou haver incoerências quando se falava com
1241 relação ao Decreto 1605/95, sugerindo se verificar o que estava acontecendo e modernizar algumas
1242 questões na questão da legislação. Quanto ao item três, sugeriu que a Secretaria apresentasse à
1243 Comissão de Financiamento não apenas na próxima reunião, mas sistematicamente, com a
1244 Secretaria-Executiva ficando de avaliar como seria isso para que a Comissão também pudesse
1245 acompanhar essa execução orçamentária. O Conselheiro José Geraldo colocou que no final do item
1246 dois, o Projeto da deputada Rita Camata não tratava do que o Conselheiro estava propondo, ao que
1247 a Conselheira Simone esclareceu sobre a Lei da deputada, que havia consolidado as leis existentes
1248 da área da Asssitência Social e consolidado dentro da LOAS, e que já estava tramitando e quase
1249 sendo aprovada, discorrendo sobre o assunto. Manifestou ser urgente a colocação do Conselheiro
1250 Renato Saidel de mudar o Decreto que regulamentava o Fundo, o que deveria ser feito ainda nesse
1251 ano. A senhora Presidente informou que o Sr. Fernando Brandão havia falado que o Decreto estava
1252 desatualizado, observando que essa disponibilização que o DGSUAS estava colocando era
1253 fundamental. Prosseguindo, a Conselheira Simone encontrou razão na proposição do Conselheiro
1254 José Geraldo de que não precisava a Comissão de Financiamento fazer esse trabalho, visto que o
1255 governo já o tinha, podendo, na consolidação do Grupo solicitar para a Assessoria Parlamentar do
1256 MDS, o que também tinha na SNAS. O Conselheiro José Geraldo propôs convocar o pessoal do
1257 Fundo para se discutir no Conselho as disparidades existentes atualmente no Decreto e como
1258 resolvê-las. Que como primeiro passo, e em uma próxima reunião viria o MDS ou a Casa
1259 Civil falar sobre a consolidação das leis sociais. A senhora Presidente, concordando com essa
1260 proposta, observou serem duas coisas separadas, consolidação das leis sociais seria uma coisa e isso
1261 era uma proposta da Comissão de Financiamento e uma vez que o Decreto 1604 estava
1262 desatualizado. Após colocações sobre o assunto, a senhora Presidente destacou a proposta para que
1263 o pessoal do Fundo viesse na Comissão de Financiamento discutir as impropriedades que existiam
1264 atualmente no Decreto e como saná-las e depois se traria esse assunto para o Pleno, como também a
1265 periodicidade para a realização da prestação de contas. Assim como a proposta da Conselheira
1266 Simone de se articular no âmbito do Ministério e trazer informações adicionais em Plenária sobre o
1267 andamento da consolidação das leis sociais. O Conselheiro Clodoaldo apoiou a fala de trazer
1268 repretantes e também reforçar a questão das siglas, que teria que estar clara, e também se tinham
1269 como comprovar, referindo-se ao que dizia “os restos a pagar”. Observou que esses processos já
1270 haviam passado por uma média de nove análises e realizados cerca de dez mil contatos com
1271 municípios, indagando se havia registro desses contatos e das dificuldades técnicas encontradas, a
1272 não aprovação por parte dos Conselhos e desconhecimento das emendas e falta de contrapartida. Na
1273 sequência, a Secretária-Executiva procedeu à leitura da Resolução: “*O Plenário do Conselho*
1274 *Nacional de Assistência Social, em Reunião Ordinária realizada dia 7 de abril de 2010, no uso da*
1275 *competência que lhe conferem os incisos VIII e XIV do artigo 18 da Lei nº 8742, de 7 de dezembro*
1276 *de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) resolve: Art. 1º - Aprovar o Relatório da*
1277 *Execução Orçamentária e Financeira do Fundo Nacional de Assistência Social(FNAS), 1º trimestre*
1278 *de 2010, apresentado pela Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social*
1279 *(DEFNAS), da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), do Ministério do*
1280 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), planilha anexa. Art. 2º - Esta Resolução entra*
1281 *em vigor na data de sua publicação.*Márcia Maria Biondi Pinheiro – Presidente do CNAS.”
1282 Prosseguindo, a Secretária-Executiva passou à votação: Conselheiro Carlos Ferrari: “pela
1283 aprovação”. Conselheira Simone: “pela aprovação”. Conselheira Fátima: “pela aprovação”.
1284 Conselheiro Renato Saidel: “pela aprovação”. Conselheira Thayz: “pela aprovação”. Conselheira
1285 Márcia: “pela aprovação”. Conselheira Margareth: “pela aprovação”. Conselheiro José: “pela
1286 aprovação”. Conselheiro Renato de Paula: “pela aprovação”. Conselheiro Frederico: “pela
1287 aprovação”. Conselheiro José Geraldo: “pela aprovação”. Conselheiro irmão Vicente Falqueto:

1288 “pela aprovação”. A senhora Presidente considerou aprovado o exercício financeiro do 1º trimestre.
1289 Recordou que na reunião do dia seguinte, pela manhã, aconteceria o Relato da Comissão Eleitoral, e
1290 na parte da tarde se reuniriam as Comissões de Normas e de Conselhos, para concluir a discussão
1291 das inscrições de entidades de Assistência Social. O Conselheiro Ferrari indagou da necessidade de
1292 formalização da reunião do GT no dia 15, ao que a senhora Presidente ponderou que após os
1293 convites realizados esse evento já estaria confirmado. Informou que no dia seguinte, três
1294 Conselheiros não estariam presentes de manhã, mas discutiriam o Relato da Comissão Eleitoral pela
1295 manhã e no período da tarde se reuniriam as duas Comissões, Conselhos e Normas para discutir
1296 inscrição. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente encerrou a
1297 reunião, convidando a todos os presentes para sua continuação no dia seguinte. **ABERTURA.** Aos
1298 oito dias do mes de abril de dois mil e dez, a senhora Presidente deu prosseguimento à Centésima
1299 Septuagésima Sétima Reunião do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, com a
1300 Secretária-Executiva procedendo à conferência do quorum: Conselheiros. Conselheiros na
1301 Titularidade: Conselheiro Carlos Ferrari, Conselheiro Renato Saidel, Conselheira Margareth Alves,
1302 Conselheira Edna Alegro, Conselheiro José Ferreira Crus, Conselheira Márcia Biondi, Conselheiro
1303 José Geraldo, Conselheiro Samuel, Conselheira Maria do Socorro, Conselheira Irmã Rosa e
1304 Conselheiro Antônio Celso Pasquini. Na suplência, Conselheiro Clodoaldo, Conselheiro João
1305 Carlos, e, Conselheiro Josenir. **Relato da Comissão Eleitoral.** A Conselheira Margareth procedeu à
1306 leitura da “*Memória da reunião da Comissão Eleitoral. Data: 19 de março de 2010, sala 108 do*
1307 *CNAS, horário: de 9 às 18 horas. Conselheiros presentes: Margareth Alves Dallaruvera, Edivaldo*
1308 *Bernardino Campos, Edivaldo da Silva Ramos, José Ricardo Calza Caporal. Apoio: Maria das*
1309 *Mercês de Avelino Carvalho – Secretária Executiva, Liliane Neves do Carmo, Maria Auxiliadora*
1310 *Pereira, Giovana Veloso, Rosana de Castro da Silva. Definir cronograma de atividades da*
1311 *Comissão Eleitoral. A Comissão Eleitoral preparou o cronograma de atividades que norteará suas*
1312 *ações neste período que apresentamos para conhecimento desta Plenária. Encaminhamentos: 1)*
1313 *No item que trata da Assembléia de Eleição, que aponta que a Secretaria Executiva verificará a*
1314 *possibilidade de contratação de empresa via termo de referência para operacionalizar a*
1315 *Assembléia, esta Comissão sugere que em havendo a contratação a Comissão Eleitoral deverá ser*
1316 *informada sobre os custos com esta ação. 2) Visando a operacionalização da Assembléia de*
1317 *Eleição a Secretaria Executiva do CNAS verificará a possibilidade de contratação de empresa via*
1318 *termo de referência. Em havendo a contratação a Comissão Eleitoral será informada sobre os*
1319 *custos desta operacionalização. 3) Convocar a Subcomissão de Habilitação para reuniões dias 13,*
1320 *14 e 15 de abril, e em caso necessário, dias 27, 28 e 29 de abril. 4) Convocar a Subcomissão de*
1321 *Recursos para os dias 12 e 13 de maio. A Secretaria Executiva consultará o Ministério Público*
1322 *sobre reunião no período dos dias 6 a 9 de abril para apresentação do processo eleitoral, com a*
1323 *presença da Presidente do CNAS e da Presidente da Comissão Eleitoral. 6) A Comissão Eleitoral*
1324 *deverá ser convocada para a Assembléia de Eleição no dia vinte de maio, tendo em vista os*
1325 *procedimentos operacionais a serem realizados, com o lacre de urnas, rubrica de cédulas, entre*
1326 *outros. 2) Definir processos de trabalho para análise dos pedidos de habilitação, e parecer das*
1327 *Subcomissões de Habilitação de Recursos. A Comissão Eleitoral, tendo em vista a necessidade de*
1328 *organizar seus trabalhos, discutiu com a Secretaria Executiva do CNAS instrumentais que*
1329 *nortearão todo processo. Encaminhamento: que a Secretaria Executiva prepare o instrumental a*
1330 *ser utilizado pelas Subcomissões de Habilitação e de Recursos, conforme orientação desta*
1331 *Comissão Eleitoral. Programação da Assembléia de Eleição. Apresentamos para apreciação da*
1332 *Plenária Minuta de Programação. Data, 21 de julho de 2010, horário, 9 às 18, local: auditório JK,*
1333 *da Procuradoria Geral da República, situado no Setor de Administração Federal, SAF Sul, Quadra*
1334 *4, Conjunto C, Brasília – DF. 9 às 14: Credenciamento. 10 às 11:30: instalação da Assembléia de*
1335 *Eleição, composição da mesa Coordenadora da Assembléia de Eleição, votação do Regimento*
1336 *Interno. 11:30 às 12: mesa – Democracia e representatividade e controle social. Ementa:*
1337 *Democracia representativa e democracia participativa, virtudes e limites, representação e*

1338 *representatividade sócio-político; controle social e empoderamento. 12 às 12:30: debate. 12:30 às*
1339 *13: composição das mesas de recepção e apuração. 13 às 14: almoço. 14 às 15:30: apresentação*
1340 *das candidaturas. 15:30: instalação das mesas receptoras. 17:00: encerramento da votação e*
1341 *início da votação, instalação da mesa apuradora, leitura e aprovação da ata contendo o resultado*
1342 *das eleições. Encaminhamentos: tendo em vista que o edital de convocação da assembléia informa*
1343 *que esta ocorrerá em um horário até às 18 horas, e na programação hora apresentada indica que o*
1344 *período de votação é até às 17 horas, sugerimos divulgar amplamente esta programação, visando a*
1345 *publicidade ao horário de votação, até às 17 horas, que seguirá com apuração, leitura e aprovação*
1346 *do resultado das eleições até às 18 horas. 4) Apreciação da minuta do Regimento Interno da*
1347 *Assembléia de Eleição. Anexo a minuta do Regimento Interno para apreciação e aprovação desta*
1348 *Plenária. Margareth Alves Dallaruvera, presidente da Comissão Eleitoral”. A Secretária-Executiva*
1349 *indagou ao Pleno se discutiriam a memória, ou se passariam para o Regimento Interno, ao que a*
1350 *senhora Presidente observou que encaminharia da seguinte forma: aprovar a memória e depois*
1351 *tratar do Regimento. O Conselheiro Josenir inquiriu, com relação ao item três, se a mesa de*
1352 *Democracia e Representatividade e Controle Social já havia sido discutida e se teria que haver esta*
1353 *palestra no dia da eleição e se esse dia não poderia ser destinado única e exclusivamente ao*
1354 *processo eleitoral. A Conselheira Margareth esclareceu que a Comissão Eleitoral havia debatido*
1355 *muito em relação a isso, com a Comissão Eleitoral decidindo ser importante manter, por ser apenas*
1356 *meia hora, e de qualquer maneira não estaria atrapalhando o processo eleitoral, sendo, também, uma*
1357 *forma de qualificar e politizar o processo eleitoral. O Conselheiro Josenir, observou que se poderia*
1358 *otimizar esse tempo, não havendo necessidade de Controle Social e Empoderamento, que já era de*
1359 *conhecimento de todos, devendo se concentrar única e exclusivamente na eleição. Ponderou que se*
1360 *pudesse sugerir um encaminhamento, seria para a supressão dessa mesa. A Conselheira Marisa*
1361 *propôs que essa mesa acontecesse na posse dos novos Conselheiros e não durante a eleição, com o*
1362 *Conselheiro José Geraldo também manifestando sua concordância com o Conselheiro Josenir. A*
1363 *Conselheira Margareth, concordando em parte com as colocações, destacou que a preocupação da*
1364 *Comissão Eleitora era de que os moldes fossem os mesmos da eleição passada, lembrando aos*
1365 *Conselheiros que na eleição da Sociedade Civil do ano anterior também havia tido uma mesa de*
1366 *debate. A senhora Presidente consultou se os Conselheiros, além dos membros da Comissão,*
1367 *defenderiam essa questão. A Conselheira Edna manifestou preocupação quanto ao fato de que a*
1368 *eleição deveria ser igual à anterior. O Conselheiro Ferrari observou ter entendido que se havia*
1369 *mantido igual a mesma lógica da outra eleição para habilitação e inscrição das entidades, e para a*
1370 *realização do pleito, com o formato desse dia podendo ser mudado, mas não as regras eleitorais.*
1371 Após colocações, a senhora Presidente procedeu à votação de retirada dessa mesa de debates do dia
1372 da eleição para registro, com a proposta de exclusão dessa mesa sendo apoiada pela maioria dos
1373 Conselheiros. O Conselheiro José Geraldo destacou a repetição dos itens um e dois do
1374 encaminhamento do primeiro item, com a Secretária-Executiva sugerindo colocar que o de baixo se
1375 referia à operacionalização, e no outro indicasse o custo de operacionalização, com a Conselheira
1376 Margareth sugerindo a exclusão do item dois. Colocada em votação pela Conselheira Margareth, a
1377 Memória da reunião da Comissão Eleitoral foi aprovada pelo Pleno. Regimento Interno. A
1378 Conselheira Margareth passou à leitura do “REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA DE
1379 ELEIÇÃO PARA A ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL NO
1380 CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS GESTAO 2010 A 2012. Capítulo I -
1381 Do Processo Eleitoral. Art. 1º A Eleição da representação da Sociedade Civil para a gestão de
1382 2010/2012 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, prevista nos termos do inciso II do
1383 § 1º do Art. 17 da Lei nº 8.742/1993 será realizada no dia 21 de maio de 2010, sob a fiscalização
1384 do Ministério Público Federal no Distrito Federal, a partir das 9hrs com o credenciamento e, às
1385 10hrs, com a instalação da Assembléia, no auditório JK da Procuradoria Geral da República,
1386 situada no Setor de Administração Federal - SAF Sul Quadra 4, Conjunto C, Brasília-DF.
1387 *Parágrafo único - O processo eleitoral de que trata este artigo foi instituído pelo Decreto nº 5.003,*

1388 de 04 de março de 2004, publicado no DOU de 05 de março de 2004, convocado por Edital, no dia
1389 61 de março de 2010, regulamentado pela Resolução CNAS nº 06, de 4 de março de 2010, e de
1390 acordo com o ato de homologação publicado no Diário Oficial da União de 4 de maio de 2010.
1391 *Capítulo II - Do credenciamento. Art. 2º O credenciamento de representantes para a participação*
1392 *na Assembléia terá início às 9hrs na entrada do auditório e término às 14hrs. Parágrafo Único -*
1393 *Considera-se encerrado o processo de votação de cada segmento, após o voto de todos os*
1394 *credenciados para votar, até no máximo às 18. Capítulo III - Da Assembléia - Seção I - Da*
1395 *Instalação da Assembléia. Art. 3º A Assembléia será instalada observado o disposto no inciso I do*
1396 *artigo 10 da Resolução CNAS n.º 06, de quatro de março de 2010. Seção II - Dos Trabalhos da*
1397 *Mesa Coordenadora. Art. 4º A Mesa Coordenadora escolhida na forma prevista nos termos do*
1398 *Decreto nº 5.003/2004, terá como atribuições: a) eleger dentre seus membros o Presidente da Mesa*
1399 *Coordenadora; b) ler a relação das entidades e organizações credenciadas na condição de*
1400 *candidatas eleitores e eleitoras; c) proceder à leitura e aprovação do Regimento Interno elaborado*
1401 *pela Comissão Eleitoral e aprovado previamente pelo CNAS. d) instalar e coordenar a mesa de*
1402 *debates conforme programação divulgada; e) realizar o processo de escolha dos componentes das*
1403 *mesas receptoras e apuradoras de votos, formada cada uma por três representantes dos segmentos*
1404 *presentes e não concorrentes ao pleito. f) Coordenar o processo de apuração dos votos; g) lavrar,*
1405 *ler e aprovar a ata, onde conste assinatura dos membros da Mesa Coordenadora, registrando a*
1406 *relação das representações ou organização de usuários, entidades de assistência social e*
1407 *representantes de trabalhadores da assistência social, eleitas como titulares e como suplentes.*
1408 *Seção III - Da leitura e aprovação do Regimento Interno. Art. 5º O Presidente da Mesa*
1409 *Coordenadora fará a leitura do Regimento Interno, sendo que, durante a leitura, os participantes*
1410 *poderão pedir destaques para apresentar propostas de alteração. § 1º Será concedido tempo de até*
1411 *1 (um) minuto para apresentação dos destaques e de até 2 (dois) minutos para defesa da proposta.*
1412 *§ 2º Os artigos do Regimento Interno que não tiverem destaques serão considerados aprovados, da*
1413 *mesma forma os destaques para os quais não houver manifestação contrária. § 3º A votação do*
1414 *Regimento Interno será realizada por votos a favor, contra e abstenções, mediante exibição do*
1415 *crachá fornecido no ato do credenciamento. Seção IV - Do pronunciamento das entidades*
1416 *candidatas. Art. 6º A Presidência da Mesa abrirá espaço para apresentação das candidaturas,*
1417 *cabendo, a cada uma, 2 (dois) minutos. Parágrafo único - encerrados as apresentações, terá início*
1418 *o processo composição e instalação das Mesas Receptoras e Apuradoras. Seção V - Das Mesas*
1419 *Receptoras e Apuradoras. Art. 7º Serão formadas Mesas Receptoras e Apuradoras. § 1º - cada*
1420 *Mesa será composta, por 3 (três) representantes dos segmentos que não estejam concorrendo ao*
1421 *pleito. § 2º - as mesas receptoras dos votos será escolhida dentre os participantes habilitados, na*
1422 *condição de eleitora, mediante indicação de cada segmento a ser encaminhada à Mesa*
1423 *Coordenadora, observado parágrafo anterior. §3º - caso não seja possível compor a Mesa*
1424 *Receptora e Apuradora, na forma do caput desse artigo, esta poderá ser complementada por*
1425 *servidores da Secretaria Executiva do CNAS. § 4º - a mesa receptora se constituirá por um*
1426 *membro de cada mesa. A mesa apuradora, desculpe, se constituirá por um membro de cada mesa*
1427 *receptora, em conjunto com a mesa Coordenadora. Art.8º. São atribuições das Mesas Receptoras:*
1428 *I- instalar as urnas e realizar o processo de recepção de votos de cada segmento; II - identificar os*
1429 *eleitores credenciados para votar; III - entregar as cédulas de votação aos eleitores; IV - lacrar as*
1430 *urnas após finalização da votação do segmento para entrega à Mesa Coordenadora; e, - elaborar*
1431 *ata da respectiva mesa receptora. Art. 9º. São atribuições da mesa apuradora: I - conferir as atas*
1432 *das mesas receptoras; II - proceder à abertura das urnas de votação; III - proceder à contagem*
1433 *dos votos; IV - elaborar a ata com o resultado da votação, e encaminhá-la à mesa coordenadora.*
1434 *Seção VI - Da votação. Art. 10. O processo de votação ocorrerá em 3 (três) espaços distintos,*
1435 *separados por segmentos sob a coordenação das Mesas Receptoras e Apuradoras. Art. 11. As*
1436 *cédulas para a votação, em cores distintas, por segmento, conterão os nomes dos representantes ou*
1437 *organizações de usuários, entidades e organizações de assistência social e representantes de*

1438 *trabalhadores da assistência social. § 1º As cédulas serão previamente rubricadas pelos membros*
1439 *da Mesa Coordenadora; § 2º Cada eleitora poderá votar em até 3 (três) candidatos em seu próprio*
1440 *segmento, devendo ser assinalada a intenção do voto com um (X), ou com uma marca que*
1441 *identifique a intenção do voto na respectiva cédula; § 3º Qualquer manifestação diversa da*
1442 *convencional será considerada rasura, portanto sujeita a nulidade; § 4º No caso de rasuras na*
1443 *cédula, será permitido o fornecimento de apenas mais uma, devendo a primeira ser cancelada e*
1444 *depositada em envelope próprio, a ser lacrado e rubricado pelos membros da Mesa Receptora e*
1445 *entregue, juntamente com a urna, à Mesa Coordenadora, devendo esse ato ser registrado em ata; §*
1446 *5º A votação será realizada mediante chamada das entidades candidatas ao pleito na mesma ordem*
1447 *em que foi apresentado o ato de homologação das habilitações; § 6º Cada representante*
1448 *qualificado apresentará documento de identidade e assinará a lista de eleitores ao lado da urna,*
1449 *diante da Mesa Receptora e Apuradora; § 7º Pessoas com deficiência poderão optar por emitir seu*
1450 *voto com o apoio de pessoa que ele designar, sendo certo que, para as com deficiência visual, será*
1451 *fornecida cédula guia e relação das candidatas em braile; § 8º Para eventual procedimento de*
1452 *votação de desempate, será disponibilizada cédula em cor diversa das já existentes, para*
1453 *manifestação, de próprio punho, da intenção do voto. Seção VII - Da apuração - Art. 12 Concluída*
1454 *a votação, a Mesa Apuradora, abrirá as urnas em local que possibilite o acompanhamento e*
1455 *visibilidade aos demais presentes, para início da apuração dos votos, por segmento, obedecendo a*
1456 *seguinte ordem: I - entidades ou organizações de assistência social; II - representantes de usuários*
1457 *ou organizações dos usuários; III - entidades ou organizações de trabalhadores da assistência*
1458 *social. § 1º - Serão considerados nulos os votos que contenham: I - mais de 3 (três) candidatas*
1459 *assinaladas; II - rasuras de qualquer natureza; III - ausência da assinatura dos membros da Mesa*
1460 *Coordenadora. § 2º - As 3 (três) candidatas mais votadas, em cada segmento, serão consideradas*
1461 *titulares, da mesma forma que as 3 (três) mais votadas, na seqüência, também em cada segmento,*
1462 *serão consideradas suplentes. § 3º - Será encaminhado novo procedimento de votação para*
1463 *desempate entre candidatos, nos casos de: I - empate entre o terceiro e quarto colocados; II -*
1464 *empate para a sexta vaga; § 4º - Na hipótese de empate na votação entre candidatas do mesmo*
1465 *segmento, as eleitoras do referido segmento, que estiverem presentes efetuarão nova votação para*
1466 *desempate. § 5º - Em caso de permanecer o empate de votos entre candidatas eleitas, será*
1467 *considerada, para efeito de classificação, aquela cuja data de registro do estatuto em cartório for a*
1468 *mais antiga. Art. 13. Concluída a apuração dos votos, a Mesa Coordenadora lavrará a ata e*
1469 *proclamará os eleitos. § 1º A ata aprovada, contendo o resultado das eleições, com titulares e*
1470 *suplentes eleitos, registrando inclusive a presença do Ministério Público Federal no Distrito*
1471 *Federal, será assinada pelos componentes da Mesa Coordenadora e encaminhada, no prazo de até*
1472 *24 horas, à Presidência do CNAS para publicação no Diário Oficial da União no dia 28 de maio*
1473 *de 2010. § 2º Uma via da ata será encaminhada ao Ministro de Estado de Desenvolvimento Social*
1474 *e Combate à Fome, visando providências para a posse dos representantes da sociedade civil no*
1475 *CNAS - gestão 2010/2012, de acordo com o artigo 14 da Resolução CNAS n.º 06, de 04 de março*
1476 *de 2010. Art. 14 As entidades e organizações da sociedade civil eleitas na condição de titulares e*
1477 *suplentes deverão indicar seus representantes até o dia 04 de junho de 2010 na forma prevista no §*
1478 *4º do artigo 4º Resolução CNAS n.º 06, de 2010. Art. 15 Os casos omissos serão resolvidos pela*
1479 *Coordenação da Mesa e referendados pela Assembléia.” O Conselheiro José Geraldo destacou que*
1480 *no texto, onde se falava, ao mesmo tempo de mesa apuradora e mesa receptora levaria os dois para*
1481 *o plural ou traria para o singular. A Conselheira Margareth indicou o parágrafo único, com prazo*
1482 *para votação no máximo às 18 horas, propôs colocar até às 17 horas, com a concordância de todos.*
1483 *O Conselheiro João Carlos manifestou dúvida com relação aos critérios de desempate, com a*
1484 *Conselheira Margareth esclarecendo que os três primeiros mais votados faziam parte da*
1485 *titularidade, e do quarto ao sexto seriam os suplentes, com o Conselheiro Samuel complementando*
1486 *o esclarecimento com relação aos parágrafos correspondentes à questão. O Conselheiro José*
1487 *Geraldo indagou se o Regimento Interno seria aprovado e submetido à aprovação duas vezes, por*

1488 estar sendo aprovado no Pleno e sendo dito que ele seria aprovado na Assembléia. A Conselheira
1489 Margareth esclareceu que nesse Pleno se estava aprovando uma minuta de Regimento Interno a ser
1490 aprovada na Assembléia. O Conselheiro José Geraldo ponderou que não estava esclarecendo que se
1491 estava aprovando Minuta, o que foi concordado pela Conselheira Margareth, que solicitou o registro
1492 da alteração, incluindo Minuta, com o Conselheiro José Geraldo registrando que essa alteração
1493 deveria constar no §2º do art. 13. A Conselheira Margareth observou a votação pela retirada da
1494 mesa de debate, sendo lembrado pela Secretaria-Executiva, que o artigo quarto, alínea “D”, seria
1495 excluído. O Sr. Lilton indagou se o Regimento não era para ir junto com o Edital, observando ter
1496 recebido o edital e não o Regimento, o que deveria ser revisto em outra eleição. A Conselheira
1497 Margareth observou que se estava aprovando uma minuta de Regimento, não podendo ser
1498 socializado sem ter sido aprovado no dia da eleição, quando seria recebido por todos. O Sr. Lilton
1499 ponderou que a publicação do Edital que convocava, e não do Regimento Interno, que dava as
1500 regras, poderia causar confusão. O Conselheiro Ferrari, discorrendo sobre a questão, observou não
1501 ser produtor de publicar esse documento que não estava acabado, sendo importante que no dia se
1502 apresentasse a proposta desse Conselho, e junto com o restante da comunidade se concluísse essa
1503 proposta. Continuando, a senhora Presidente observou que, em relação ao processo eleitoral, a única
1504 pendência que restava era quanto à divulgação da lista dos candidatos, que ainda não havia passado
1505 pela Comissão de Habilitação, informando a curiosidade sobre a questão e observando não ver
1506 nenhum problema nessa divulgação. Ponderou que a Comissão de Habilitação era quem informaria
1507 essa situação, mas tendo que ser transparente informando que a relação ainda não havia passado
1508 pelos critérios definidos, para não trazer confusão. A Conselheira Margareth procedeu à leitura dos
1509 nomes das entidades, lembrando não ser oficial, informando não ter chegado todas as inscrições,
1510 cujo prazo ainda contemplaria mais uns dez dias para esse recebimento e informando que na
1511 próxima terça-feira iniciaram o trabalho de habilitação daquelas já recebidas: *FUNDAÇÃO CASAN*
1512 *– FUCAS - Candidata e Eleitora. UNIÃO SOCIAL CAMILIANA - Candidata e Eleitora.*
1513 *FEDERAÇÃO BRASILEIRA DAS ASSOCIAÇÕES CRISTÃS DE MOÇOS – Eleitora.*
1514 *ASSOCIAÇÃO ANTONIO VIEIRA - Candidata e Eleitora. GRUPO DE APOIO A CRIANÇA COM*
1515 *CANCER - Eleitora. OBRA KOLPING DO BRASIL - Candidata e Eleitora. SOCIEDADE*
1516 *BENEFICENTE SÃO CAMILO - Candidata e Eleitora. FUNDAÇÃO ORSA - Candidata e Eleitora.*
1517 *INSTITUIÇÃO SINODAL DE ASSISTENCIA EDUCAÇÃO E CULTURA - Eleitora. FEDERAÇÃO*
1518 *NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS - Candidata e Eleitora.*
1519 *ASSOCIAÇÃO DE ASSISTENCIA A CRIANÇA DEFICIENTE - Eleitora. FEDERAÇÃO*
1520 *NACIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS - Eleitora. BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL -*
1521 *Candidata e Eleitora. CONGREGAÇÃO DAS IRMÃZINHAS DA IMACULADA CONCEIÇÃO -*
1522 *Eleitora. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCADORES DE DEFICIENTE VISUAIS - Eleitora.*
1523 *CASA DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL NOVA VIDA - Candidata e Eleitora. INSTITUTO SOCIAL*
1524 *EDUCATIVO E BENEFICENTE NOVO SIGMA - Candidata e Eleitora. VISÃO MUNDIAL -*
1525 *Eleitora. OBRAS SOCIAL NOSSA SENHORA GLÓRIA - Candidata e Eleitora. SOCIEDADE*
1526 *CAMPINEIRA DE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO - Eleitora. UNIÃO NORTE BRASILEIRA DE*
1527 *EDUCAÇÃO E CULTURA - Candidata e Eleitora. UNIÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E*
1528 *ENSINO - Candidata e Eleitora. CAMPINHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE -*
1529 *Eleitora. FEDERAÇÃO NACIONAL DOS FARMACEUTICOS - Eleitora. FEDERAÇÃO DAS*
1530 *ENTIDADES E PROJETOS ASSISTENCIAIS DA CIBI - Eleitora. CONFEDERAÇÃO DOS*
1531 *TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO - Candidata e Eleitora. FENAPAES - Eleitora. CIEE*
1532 *– Eleitora. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM SEGURIDADE SOCIAL*
1533 *- Candidata e Eleitora. ABRA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUTISMO - Candidata e Eleitora.*
1534 *OAB - Candidata e Eleitora. MOVIMENTO NACIONAL DE POPULAÇÃO DE RUA - Candidata e*
1535 *Eleitora. FEDERAÇÃO NACIONAL E ENTIDADES DE DIABÉTICOS - Candidata e Eleitora.*
1536 *ASSOCIAÇÃO PRÓ-RENAIS CRONICOS DO BRASIL - Eleitora. PRÓ-SAÚDE - ASSOCIAÇÃO*
1537 *BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR - Candidata e Eleitora. CONSELHO*

1538 *FEDERAL DO SERVIÇO SOCIAL - Eleitora. PASTORAL DA CRIANÇA - Candidata e Eleitora.*
1539 *PASTORAL DA PESSOA IDOSA - Candidata e Eleitora. LEGIÃO DA BOA VONTADE - Eleitora.*
1540 *FEDERAÇÃO ESPÍRITA BRASILEIRA - Candidata e Eleitora. FEDERAÇÃO NACIONAL DOS*
1541 *PSICÓLOGOS - Candidata e Eleitora. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E CULTURA*
1542 *- Candidata e Eleitora. ASSOCIAÇÃO DA IGREJA METODISTA - Candidata e Eleitora.*
1543 *ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS EVANGÉLICAS - Eleitora.*
1544 *CENTRAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO BRASIL - Candidata e Eleitora.*
1545 *LAR FABIANO DE CRISTO - Candidata e Eleitora, e, ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL, e*
1546 *EXÉRCITO DA SALVAÇÃO, que não informava a que se estava se candidatando. Entidades, como*
1547 *de Assistência Social, candidatas e eleitoras: 17, eleitoras:12. De usuários, candidatas e eleitoras: 5,*
1548 *e eleitoras apenas: 4. Trabalhadores, candidatas e eleitoras: 05, e eleitoras, apenas duas. E dois*
1549 *pedidos de habilitação sem informação, da Assistência e Promoção Social e Exército da Salvação.*
1550 *A Conselheira Margareth, considerando a transparência desse processo de escolha, sugeriu e*
1551 *solicitou, enquanto Comissão Eleitoral, que a Secretaria-Executiva, a partir desse dia, colocasse no*
1552 *site, e desse esse mesmo conhecimento às entidades que não estavam sentadas nesse Conselho, até*
1553 *que pudessem estar se atualizando. O Sr. Lilton sugeriu que se avaliasse se essas entidades eram ou*
1554 *não da rede. A senhora Presidente reiterou que essas entidades haviam enviado os processos, mas*
1555 *que ainda não haviam sido submetidas à Comissão de Habilitação, não estando, portanto,*
1556 *habilitadas, mas sim candidatas à habilitação, informação que constaria na internet. A senhora*
1557 *Presidente indagou ao Pleno se havia mais algum questionamento sobre o Relato do processo*
1558 *Eleitoral, ficando aprovado pelos Conselheiros. Na sequência, o Conselheiro Frederico informou,*
1559 *com relação à Comissão de Política, que no dia anterior não havia ficado claro, sendo procurado por*
1560 *alguns Conselheiros, de que no dia 16 haveria reunião pela manhã, a Comissão de Política teria*
1561 *reunião com o CONANDA, e à tarde, reunião da Comissão de Política, provavelmente remetendo a*
1562 *Pauta da reunião dessa semana, que não havia acontecido por falta de quorum. A Conselheira*
1563 *Margareth solicitou o registro de que a Secretária de Estado, e representante do FONACEAS no*
1564 *CNAS, Sra. Tânia Garib,havia lhe encarregado de se despedir do CNAS em seu nome,*
1565 *manifestando seu carinho ao Conselho, tendo sido homenageada pelo CONGEMAS, onde havia*
1566 *iniciado seu trabalho. A Conselheira Rosa Maria informou que durante a reunião da CIT havia tido*
1567 *a oportunidade e agradeceu em nome do Conselho à Sra. Tânia por seu trabalho. A senhora*
1568 *Presidente esclareceu que o protocolo do CNAS sempre encaminhava uma manifestação de*
1569 *agradecimento aos Conselheiros que saíam, indagando se gostaria de acrescentar alguma coisa. A*
1570 *Conselheira Margareth discorreu sobre os Conselheiros que passavam pelo CNAS, encontrando que*
1571 *cada texto deveria ser diferente, considerando o trabalho realizado por cada um, com o caso da*
1572 *Conselheira Tânia, cujo trabalho conhecia. A senhora Presidente, observando não haver nenhuma*
1573 *discordância, informou que seriam enviados formalmente dois textos, o oficial e um especial. A*
1574 *senhora Presidente, informando o término da Pauta, indicou que permaneceriam as Comissões de*
1575 *Conselhos e de Normas, convidando os demais Conselheiros que quisessem ouvir a discussão sobre*
1576 *a inscrição de entidades. **ENCERRAMENTO.** Nada mais havendo a tratar, a senhora Presidente*
1577 *agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a Reunião. Gravaram-se todos os debates e*
1578 *depoimentos pelo serviço de som deste Ministério e, depois de transcritos, passarão a fazer parte*
1579 *integrante desta Ata, aprovada em Reunião de de 2010.*